



Número: **0819796-95.2015.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **27/11/2017**

Valor da causa: **R\$ 1.687,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ACLEDYSON FONSECA SANTANA (AUTOR)		MARCELO VITOR JALES RODRIGUES (ADVOGADO) JERONIMO AZEVEDO BOLAO NETO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
3062152	03/08/2015 09:08	Petição Inicial	Petição Inicial
3062180	03/08/2015 09:08	DOCS	Documento de Comprovação
3133022	09/08/2015 22:53	Despacho	Despacho
3395039	03/09/2015 12:12	Citação	Citação
3675833	30/09/2015 16:57	Habilitação em processo	Petição
3675845	30/09/2015 16:57	1630718 PETICAO DE HABILITACAO ACLEDYSON FONSECA SANTANA	Outros documentos
3675852	30/09/2015 16:57	1630718 CONTESTACAO ACLEDYSON FONSECA SANTANA	Contestação
3675859	30/09/2015 16:57	Substabelecimento Atualizado - Natal - 22 08 2014	Substabelecimento
3675880	30/09/2015 16:57	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S	Outros documentos
4938837	18/02/2016 09:11	Despacho	Despacho
5611729	13/04/2016 10:38	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
5611768	13/04/2016 10:39	Intimação	Intimação
6040296	17/05/2016 10:05	Certidão	Certidão
6040302	17/05/2016 10:05	Juntada de documento.	Certidão
6808427	14/07/2016 14:36	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
6808482	14/07/2016 14:38	Intimação	Intimação
6808561	14/07/2016 14:41	Intimação	Intimação
6963211	26/07/2016 17:29	Diligência	Diligência

69632 12	26/07/2016 17:29	Devolução de Mandado	Outros documentos
77241 33	22/09/2016 11:58	Certidão	Certidão
77241 37	22/09/2016 11:58	0819796-95.2015	Ata da Audiência
77431 41	29/09/2016 07:20	Sentença	Sentença
79721 46	13/10/2016 14:00	Certidão	Certidão

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DIREITO DA
COMARCA DE MOSSORÓ/RN**

ACLEDYSON FONSECA SANTANA, brasileiro, portador do RG nº 002.011.891, CPF nº 056.897.264-35, residente e domiciliado no Sítio Nova Esperança, 127, Zona Rural Mossoro-RN, vem através de seu bastante procurador, com endereço profissional constante do rodapé da página, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ

-

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro, Rio de Janeiro – CEP: 20031205, pelos fatos e fundamentos a seguir delineados:

I – PRELIMINARMENTE – DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA:

A parte demandante não possui condições financeiras para arcar com as custas do processo sem que isso afete o seu sustento e o de sua família. Destarte, requer o benefício da **Justiça Gratuita**, conforme dispõe a Lei nº 1.060/50, com alterações da Lei nº 7.510/86.

Assim, Excelência, é indubitável que a parte autora não tem condições de pagar as custas processuais sem que isso implique na impossibilidade de seu próprio sustento e de sua família.

II –

DOS FATOS:

No dia 11/03/2015, por volta das 17:00 hs, a parte demandante seguia como condutor da motocicleta TIPO HONDA BIZ, DE PLACA OJU 6907, na Avenida João da Escossia, Mossoro-RN, quando foi surpreendido por um carro forte que atravessou a contramão e colidiu com o veículo do autor, fazendo com que ele perdesse o controle e caísse na via, onde ficou gravemente ferido.

Em razão desse acidente, a parte requerente foi socorrido e encaminhado para HRTM, Mossoro-RN, onde foi diagnosticado de diversas fraturas (inclusive POLITRAUMAS), o que lhe incomoda até os dias atuais, dificultando a sua mobilidade e lhe causando certas limitações.

Diante desses fatos, a parte demandante procurou receber pela via administrativa os valores a que tinha direito através do Seguro DPVAT. Entretanto, a ré só pagou 11.812,50.

Destarte, não resta outra saída senão socorrer-se no Judiciário para conseguir a indenização securitária a que tem direito, no valor de R\$ 1.687,50

III – DO DIREITO – INDENIZAÇÃO REFERENTE AO SEGURO DPVAT – PAGAMENTO MEDIANTE SIMPLES DEMONSTRAÇÃO DO ACIDENTE- INTELIGENCIA DA LEI 6.194/74.

-

O Seguro DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres).

A Lei nº 6.194/74, que regula o seguro DPVAT, sofreu fortes transformações com o advento da lei nº 11.945/09. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passaram a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médicas e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (destacou-se)

Acontece Excelência, que, em que pese o seguro já ter sido pleiteado na seara administrativa, a demandada não pagou à parte autora o que era devido.

Ao contrario de mencionar a promovida, a Lei em comento determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, mas, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a requerida, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal acima delineado.

O direito à percepção do seguro está expresso no art. 5º da Lei nº 6.194/74, que diz o seguinte:

Art. 5º O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (destaques acrescidos)

-

A própria SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – esclarece em seu site (www.susep.gov.br) que qualquer vítima de danos causados por veículo automotor de via terrestre pode requerer o seguro, inclusive o motorista culpado.

Ademais, salienta-se ainda, que a indenização securitária seja paga “independentemente da existência de culpa”, bastando a simples prova do acidente e do dano decorrente.

Conclui-se, assim, que a indenização será devida mediante a “SIMPLES” ocorrência do acidente e do “DANO” por ele provocado.

No tocante ao limite indenizatório, este se encontra respaldo no artigo 3º de mesma lei, *verbis*:

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares. (destacou-se)

Desta forma, por tudo que foi exposto, não restam dúvidas de que a parte demandante deve ser indenizada pela demandada através do seguro DPVAT, uma vez que preenche todos os requisitos previstos em lei.

Demais disso, os documentos comprobatórios demonstram de forma inequívoca o dano resultante do sinistro.

IV – DOS PEDIDOS:

-

Ante o exposto, a parte demandante **requer**:

- a) Que seja concedido o benefício da justiça gratuita, uma vez que a parte autora não pode arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família;
- b) A procedência do pedido constante na presente ação, para condenar a requerida ao pagamento da indenização no *quantum* de R\$ **1.687,50**, referente à indenização do seguro DPVAT em razão da invalidez sofrida pela parte requerente em razão do sinistro narrado;
- c) A citação da demandada no endereço informado na exordial para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- d) **Requer ainda, que seja nomeado perito, de preferência, locado nesta urbe, para realizar parecer médico e quantificar a sequela permanente que assola a requerente, tudo conforme a parceria firmada entre o TJ e a seguradora Líder (convênio n. 01/2013 de 22 de agosto de 2013).** visto que tal providência torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;
- f) seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;
- g) com base na **Súmula 54 do STJ**, que o valor da condenação seja acrescido de juros e **correção monetária retroativa a data do sinistro**.

-

Requer-se, ainda, com base no § 4.º do art. 22 da Lei n.º 8.906/1994, que, ao final da presente demanda, os valores referentes aos honorários contratuais (contrato de honorários anexo) sejam expedidos em nome dos advogados contratados pela Parte Autora, no percentual constante no contrato de honorários anexo, assim como dos eventuais honorários de sucumbência.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, inclusive por documentos que possam surgir no curso do processo.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 1.687,50.**

Nesses termos, pede deferimento.

Mossoró/RN, 22 de Julho de 2015.

THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS

Advogado – OAB/RN nº 11.500

JERONIMO AZEVEDO B. NETO

Advogado – OAB/RN nº 12.096

MARCELO VITOR JALES RODRIGUES

Advogado – OAB/RN nº 9.732

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

CONTRANTE:

ACLEDYSON FONSECA SANTANA, BRASILEIRO, RG Nº 002.041.891, CPF Nº 056.897.264-35, RESIDENTE E DOMICILIADO AD SÍTIO NOVA ESPERANÇA, Nº 127, ZONA RURAL, MOSSORÓ-RN.

CONTRATADOS: JERÔNIMO AZEVEDO B. NETO, OAB/RN nº 12.096; e THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS, OAB/RN nº 11.500, MARCELO VITOR JALES RODRIGUES, OAB/RN nº 9.731, com endereço profissional constante na nota de rodapé.

As partes acima qualificadas, por este instrumento particular convencionam e contratam o seguinte:

1) Os Contratados se obrigam a prestarem ao Contratante os seguintes serviços profissionais: AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT;

2) O contratante se compromete a pagar por tais serviços a quantia de 30% sobre o resultado econômico da demanda, inclusive os recebidos em caráter liminar e a qualquer outro título;

3) Os honorários ora pactuados compreendem o patrocínio das causas e os recursos utilizáveis, inclusive sustentação oral até o encerramento da demanda no âmbito Estadual, com a exclusão de interposição de defesa em Recursos para os Tribunais de Brasília;

4) Os honorários Advocatícios aqui fixados são líquidos, sendo de responsabilidade da Contratante os impostos incidentes.

5) O Contratante obriga-se a fornecer as Contratadas todos os recursos pecuniários que forem necessários para pagamento de custas judiciais, periciais, contadores, emolumentos e diligências, assim como os documentos e informações solicitadas pelas Contratadas a fim de não prejudicar o bom andamento da causa ou da cobrança.

Parágrafo Único: As Contratadas não poderão ser responsabilizadas no caso do Contratante sofrer algum prejuízo processual em virtude da demora no envio dos recursos necessários para o andamento do processo ou da cobrança.

6) Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró-RN para dirimir quaisquer questões judiciais resultantes deste contrato renunciando as partes Contratantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja, obrigando-se as partes por si herdeiros e sucessores.

Mossoró-RN, 24 de Fevereiro de 2015.

JERÔNIMO AZEVEDO B. NETO
CONTRATADO

ACLEDYSON FONSECA SANTANA
CONTRATANTE

THALES JOSÉ R. DOS SANTOS
CONTRATADO

TESTEMUNHA1:

TESTEMUNHA2:

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

ACHEDYSON FONSECA SANTANA, BRASILEIRO, RG nº 002.031.891, CPF nº 056.897.264-35, RESIDENTE E DOMICILIADO NO SÍTIO NOVA ESPERANÇA, Nº 327, ZONA RURAL, MOSSORÓ-RN.

OUTORGADO: MARCELO VITOR JALES RODRIGUES, brasileiro, solteiro. OAB/RN nº 9.732; THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro. OAB/RN nº 11.500; JERÔNIMO AZEVEDO BOLÃO NETO, brasileiro, solteiro. OAB/RN sob o nº 12.096; todos com escritório à Rua José Otávio, nº 123, Centro, Mossoró/RN.

PODERES: amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com a cláusula "ad judicia" e "extra" a fim de agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos do(s) outorgante(s) perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s), e defendendo-o(s) quando for(em) réu(s), interessado(s) ou requerido(s), podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber alvará e dar quitação, confessar, renunciar, poderes especiais para requerer falência, inventário ou arrolamento, firmar compromisso, prestar declaração, bem como substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhe(s) convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso. Inclusive, interpor Mandado de Segurança.

Mossoró/RN, 21 de JULHO de 2015.

ACHEDYSON FONSECA SANTANA
OUTORGANTE

- Mossoró (Sede): Rua José Otávio, 123, Centro, Mossoró/RN, CEP: 59.600-157, Fone: (84) 3317-4051/3314-0826/3316-2537
- Parnamirim (Filial): Av. Brigadeiro Everaldo Breves, 246, 1º Andar, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59.140-200.
- <http://www.juridicaadvocacia.com.br>

DECLARAÇÃO DE POBREZA

DECLARANTE:

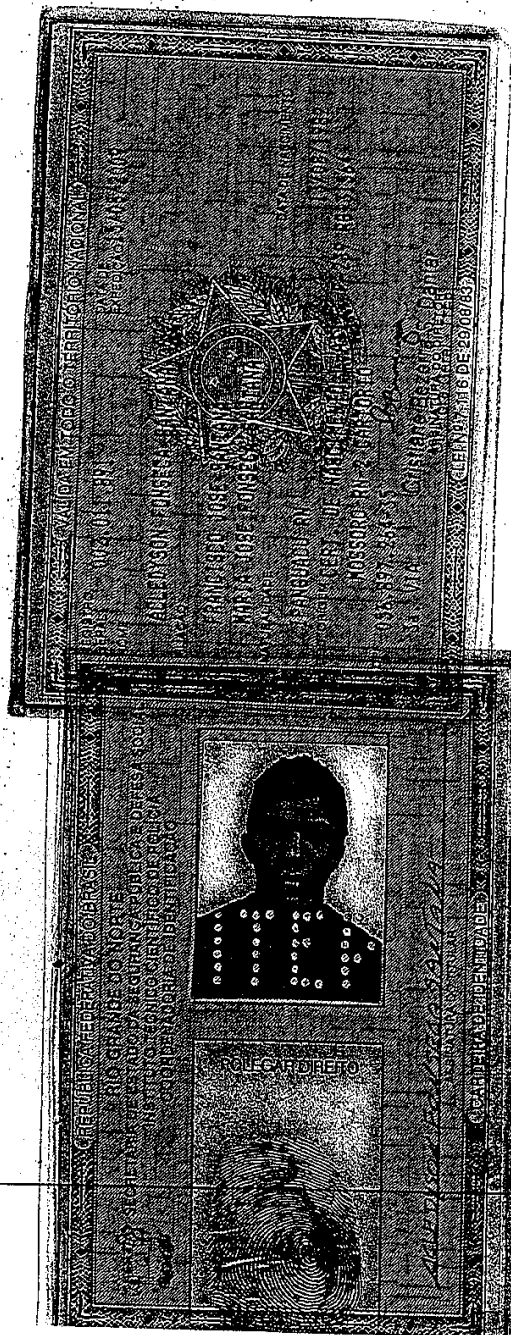
ACLEDVSON CONSECA SANTANA, BRASILEIRO, RG Nº 002.033.891, CPF Nº 056.897.264-35, RESIDENTE E DOMICILIADO AO SÍTIO NOVA ESPERANÇA, ZONA RURAL, MOSSORÓ-RN.

DECLARA NOS TERMOS DA LEI 1060/50, QUE É POBRE NA FORMA DESTA LEI, NÃO DISPONDO DE MEIOS QUE POSSIBILITEM CUSTEAR AS DESPESAS DA PRESENTE DEMANDA.

Mossoró/RN, 23 de JUNHO de 2015.

ACLEDVSON CONSECA SANTANA
DECLARANTE

- Mossoró (Sede): Rua José Otávio, 123, Centro, Mossoró/RN, CEP: 59.600-157, Fone: (84) 3317-4051/3314-0826/3316-2537
- Parnamirim (Filial): Av. Brigadeiro Everaldo Breves, 246, 1º Andar, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59.140-200.
- <http://www.juridicaadvocacia.com.br>

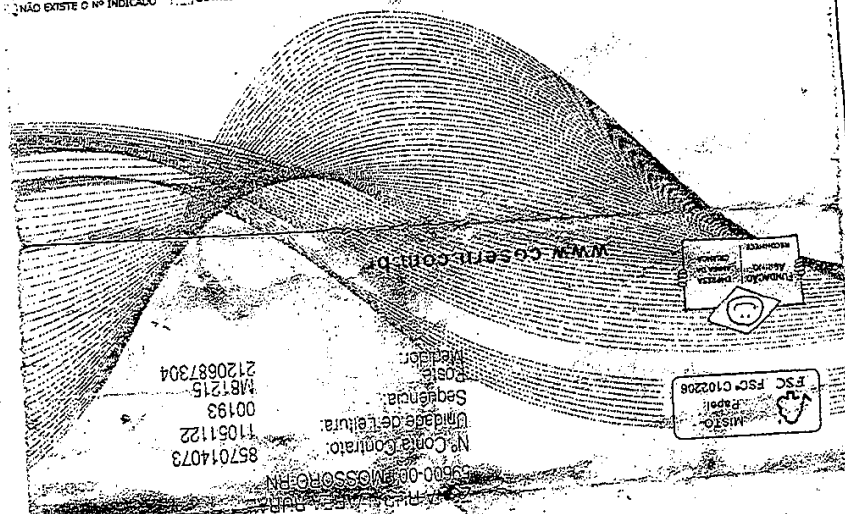


NOME: MARIA DAS GRACAS FONSECA SANTANA
CONTA CONTRATO: 857014073 / MRU: 11051122
DATA: 19 de março de 2014

NOME:
DOC. IDENT.:
DATA:
ASSINATURA:
RECEBIDO POR: ☐ PORTEIRO ☐ MORADOR ☐ INQUILINO

Utilidade Pública
Riscos Elétricos: a eletricidade não tem cheiro, não tem cor, por isso mantenha distância. Evite acidentes.
RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
☐ MORADOR ☐ PORTEIRO ☐ SÍNDICO
DATA: _____ RESPONSÁVEL: _____

PARA USO DO ENTREGADOR
☐ DESCOMISSÃO
☐ RECUSADO
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
☐ OUTROS



Grupo Neenergia
S/Nova ESPERANÇA 127-ED
MARIA DAS GRACAS FONSECA SANTANA
Relacionamento

• SEU CLIENTE RESIDENCIAL
• SEU C.NIS REGISTRADO EM DISTRIBUIÇÃO SOCIAL OU
BPC (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social)
• INTEROBRAR SEU NIS OU BPC A COSERN
• TER RENDA FAMILIAR DE ATÉ
MEIO SALÁRIO MÍNIMO POR PESSOA
• ATENDER AS OUTRAS CONDIÇÕES DA NOVA LEI
Benefício suscitado à APROVAÇÃO DA ANEEL.
Para mais informações acesse:
www.cosern.com.br

A Lei nº 12.212, de 2010, mudou as regras
da Tarifa Social. Para ter direito, você precisa:
TARIFA SOCIAL:
GARANTIA O
SEU BENEFÍCIO.

Informe ao Cliente
Informe Publicitário

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN
Nº 011130231130
5408491508
CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VAL	1	RENAVAM	004897306902	INTRO	*****
ACEDYSON TONSON SANTANA					
R. ARTUR DE SOUSA, 1217 - 710					
AEROPORTO					
59.407-740 - 1055086/RN					
056.897.264-35					
PLACA					
QJU6907					
CARLA GREICE SILVA FERREIRA					
PLACA ANT/UF					
QJU6907/RN					
9CZJUC4820CR058566					
PASSAGEIRO/MOTONETA/NAO AFILI CAVEL					
HONDA/BI2-125-ES					
OCV/124 CILINDRADAS					
MOTOR: JC49E2C058566					
MOSSORO/RN					
08/01/2015					

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN
Nº 011130231130
5408491508
CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

ACEDYSON TONSON SANTANA

R. ARTUR DE SOUSA, 1217 - 710

AEROPORTO

59.407-740 - 1055086/RN

056.897.264-35

PLACA

QJU6907

CARLA GREICE SILVA FERREIRA

PLACA ANT/UF

QJU6907/RN

9CZJUC4820CR058566

PASSAGEIRO/MOTONETA/NAO AFILI CAVEL

HONDA/BI2-125-ES

OCV/124 CILINDRADAS

MOTOR: JC49E2C058566

MOSSORO/RN

08/01/2015



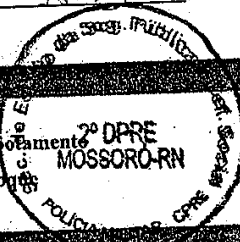
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL - CPRE

BOLETO DE Ocorrência de acidente de trânsito
BOLETO 0303115

Local Av. João da Escóssia Bairro NOVA BELÉMIA
Cidade/UF MOSSORÓ/RN P. Ref. em frente a PARQUEIRA
Data 31/03/2015 Hora do acidente 19:00 Hora do registro 18:45 Dia da semana quinta-feira

TIPO DE Ocorrência

☐ - Colisão Frontal ☐ - Colisão Lateral ☐ - Capotamento ☐ - Atropelamento
☐ - Colisão Posterior ☒ - Colisão Transversal ☐ - Choque ☐ - Outro(s) _____



VEICULO

Placa ou Chassi MVT 1075 Cidade São Paulo UF SP
Marca/Mod. MERCEDES E 500 CF Cor AMARELA Ano 2006
Proprietário PROSEGUAR ABASIL SA TRANSP DE VAL E SAG Nº de Ocupantes 04
Conductor FABRIZIO DE LIMA Data de Nasc. 20/07/1984
Endereço RUA JOSE FORTUNA Nº 105 Fone (84) 8733-0849
Bairro BOA JARDIM Cidade MOSSORÓ UF RN
CPF Nº 555 386 654-53 CNH Nº 005 422 421 67 Validade 23/10/2018 Categoria N
Local de Trabalho PARQUEIRA Nº _____ Bairro _____ Cidade _____
End. _____

VEICULO

Placa ou Chassi 07U 6907 Cidade MOSSORÓ UF RN
Marca/Mod. HONDA 1300 Cor PRETA Ano _____
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Conductor ACLETONYSON FONSECA SANTOS Data de Nasc. 1/1/1
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº 056 897 264-35 CNH Nº _____ Validade 1/1/1 Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

VEICULO

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano _____
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Conductor _____ Data de Nasc. 1/1/1
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº _____ Validade 1/1/1 Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

VEICULO

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano _____
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Conductor _____ Data de Nasc. 1/1/1
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº _____ Validade 1/1/1 Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL - CPRE
SETOR DE TRAFEGO

BOLETA DE OCORRÊNCIA DE
ACIDENTE DE TRÂNSITO

Nº 0303115

1. LOCAL DO ACIDENTE

Local:	Av. João da Escóssia	Bairro:	Nova Betânia
P. Ref.	Em frente a PROSEGUR	Data:	11/03/2015

2. VEÍCULO - V2

Placa	OJU6907	Cidade	Mossoró	UF	RN
Marca/Mod.	HONDA / BIZ 125 ES	Ano	2012		
Proprietário	ACLEDYSON FONSECA SANTANA	Nº de Ocupantes	01		
Condutor	Acledyson Fonseca Santana	Data de nasc.	13/08/1982		
Endereço	Rua Artur de Souza Leite	nº	710	fone	(84) 9453-2712
Bairro	Aeroporto I	Cidade	Mossoró	UF	RN
CPF nº	056.897.264-35	CNH nº	04003516932	Validade	25/11/2019
				Categoria	AB
Local de Trabalho	OLHO VIVO SEGURANÇA ELETRONICA				

3. VERSÃO DO CONDUTOR SOBRE O REFERIDO ACIDENTE DE TRÂNSITO

Onde transitava?	Av. João da Escóssia
Em que sentido?	Nogueirão / Centro
Em que faixa?	*****

Versão do condutor:

"Alega que o carro forte da PROSEGUR transitava na Av. João da Escóssia em sentido contrário ao seu e pela contramão de direção vindo a colidir na sua moto. Fui conduzido ao HRTM pela equipe do SAMU. Quebrou o pé, fraturou a bacia, a costela e quebrou o braço". *****

Obs.: Versão registrada no dia 18/03/2015 as 11h40min. através do áudio do celular, pois o condutor devido a fraturas que sofreu se encontra impossibilitado de andar.

A versão foi repassada pela esposa do condutor acima mencionado, a Srª Maciely Carvalho da Silva.

Assinatura: Maciely CARVALHO DA SILVA.

Assinatura do Condutor

Observação do Agente de Trânsito:

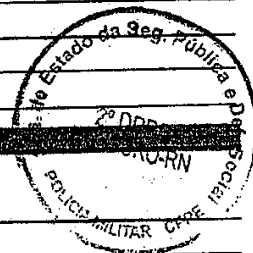
Nome do Agente que registrou as informações		Francisco José Silva Oliveira					
Posto/Graduação	Sd.	PM nº	97.643	Viatura	*****	Unidade	2º DPRE

SOBRE V1 - Em que Rua/ Av. Transitava? Av. João da Rocha

Em que sentido? de Curitiba / para Ponta Grossa

Em que faixa? esfaturada

Versão do condutor ESTAVA ESTACIONADO DE FRENTE AO PORTÃO DA EMPRESA QUANDO O MEU PARA OLHEI E VISEI UM CARRO E ESSE VEÍCULO OLHEI PARA A ESQUERDA E ENTO DO QUE VIAGRA ATRAS DO CARRO NÃO VI O MEU VEÍCULO QUE ESTAVA PARADO E COLIDIU COM O MEU (ESTACIONEI DEPOIS NÃO VEÍCULOS E COM SEGURANÇA).



SOBRE V2 - Em que Rua/ Av. Transitava?

Em que sentido?

Em que faixa?

Versão do condutor

PREJUDICADO

SOBRE V3 - Em que Rua/ Av. Transitava?

Em que sentido?

Em que faixa?

Versão do condutor

PREJUDICADO

SOBRE V4 - Em que Rua/ Av. Transitava?

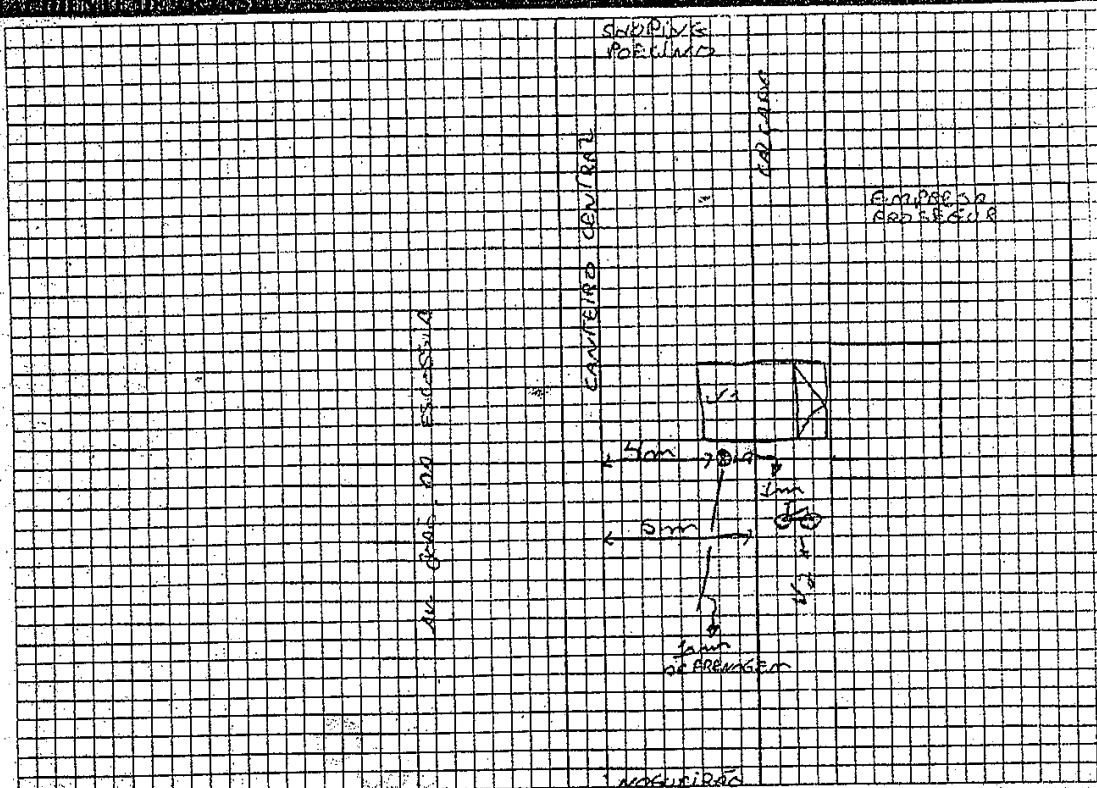
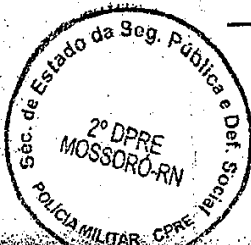
Em que sentido?

Em que faixa?

Versão do condutor

PREJUDICADO

Luminosidade	Cond./Tempo	Tipo da Pista	Caract./ Pista	Cond./ Pista	Sinalização
<input type="checkbox"/> Amanhecendo	<input checked="" type="checkbox"/> Bom	<input checked="" type="checkbox"/> Asfalto	<input checked="" type="checkbox"/> Reta	<input checked="" type="checkbox"/> Seca	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistente
<input type="checkbox"/> Pleno Dia	<input type="checkbox"/> Nublado	<input type="checkbox"/> Paralelepípedo	<input type="checkbox"/> Curva	<input type="checkbox"/> Molhada	<input type="checkbox"/> Do Agente de Trânsito
<input checked="" type="checkbox"/> Anoitecendo	<input type="checkbox"/> Chuva	<input type="checkbox"/> Concreto	<input type="checkbox"/> Aclive íngreme	<input type="checkbox"/> Inundada	<input type="checkbox"/> Do Sinalização
<input type="checkbox"/> Noite s/ Iluminação	<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> Terra	<input type="checkbox"/> Aclive suave	<input type="checkbox"/> Poças D'água	<input type="checkbox"/> Faixa de Pedestre
<input type="checkbox"/> Iluminação Deficiente		<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> Declive íngreme	<input type="checkbox"/> Oleosa	<input type="checkbox"/> Linha _____
			<input type="checkbox"/> Declive Suave	<input type="checkbox"/> Enlameada	<input type="checkbox"/> Placa(s) _____
			<input type="checkbox"/> Lombada	<input type="checkbox"/> Em Obras	<input type="checkbox"/> Lombada eletrônica
			<input type="checkbox"/> Cruzamento	<input type="checkbox"/> Com Buraco	<input type="checkbox"/> Vel. Máx. Perm. _____ KM/H
			<input type="checkbox"/> Rotatória	<input type="checkbox"/> Com Areia	
			<input type="checkbox"/> Retorno		
			<input type="checkbox"/> Entroncamento		
			<input type="checkbox"/> Bifurcação		



AVARIAS DO VEÍCULO 1 ARRANHÕES na
PARA LAMPA CRASEIRO ALTO



AVARIAS DO VEÍCULO 3



PREJUDICADO

AVARIAS DO VEÍCULO 2 COM A PARTE FRONTAL
PARTE INFERIOR A VERIFICAR



AVARIAS DO VEÍCULO 4



PREJUDICADO

Nome PREJUDICADO
RG Nº _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento ____/____/____
Endereço _____ Nº _____ Fone (34) 8849-5494
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

Nome _____
RG Nº _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento ____/____/____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

Nome _____
RG Nº _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento ____/____/____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

Nome _____
RG Nº _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento ____/____/____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

PREJUDICADO

Assinatura _____ Hora _____

Nome _____
RG Nº _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento ____/____/____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

PREJUDICADO

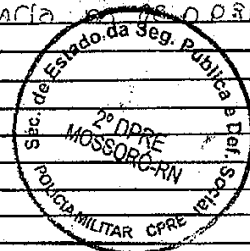
Assinatura _____ Hora _____

Nome _____
RG Nº _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento ____/____/____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

PREJUDICADO

Placa _____ Cidade _____ UF _____ Marca/Modelo _____
Nome _____ RG Nº _____ Órgão Exp. _____
Endereço _____ Nº _____
Bairro _____ Cidade _____ Fone _____

AM CHEGAR NO LOCAL CONSTATAMOS QUE V1 ESTAVA NO LOCAL DE
REPOUSO, V2 FICAVA SEM CUBRO NO LOCAL DE REPOUSO, O CONDUTOR
DE V2 NÃO SE ENCONTRAVA NO LOCAL POIS O MESMO FICOU SEM
CONDUZIDO PARA O HSPM, FOMOS APT. O NRM MAS CONSEGUIMOS
APRENS. ALGUNS DADOS, V2 FOI CONDUZIDO PARA O PARQ. DA BR. 031
V1 FOI LIBERADO NO LOCAL.



Nome Completo do Agente Antônio Gleidson Fernandes Farias Junior
POSTO/GRAD.: 3º PM FM Nº 2009 373 Viatura 0010 0010 Subunidade: 2º DPPE
Local e Data Mossoró - RN, 12 de 03 de 2015. Antônio Gleidson Farias Junior
Assinatura do Agente de Trânsito



SUS-703 40826426 0417

PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome:	Acheleson Ferreira Santana		Idade:	32
Profissão:	Arquiteto		Cartão SUS nº:	
Endereço: Rua:	Rua: [illegible]		Bairro:	Carapicó
Cidade:	Mossoró		U. F.:	RN
Fone:				
Filiação: Mãe:	[illegible]		Pal:	

Data: 11/03/15

Hora: 14:23

A. C. C. R.:

1 - QUEIXA PRINCIPAL (Q.P.) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

Paciente chegou de colisão frontal em sua moto contra um carro, há 10 minutos, com uso de capacete. Foi encaminhado pelo SAMU admitido, apresentando lesões em membros direito e com lesões. Foi trazido em ambulância pelo TRM, o qual foi atendido pelo paciente (colisão cervical) e admitido. Apresenta dor torácica ou abdominal. Ligeira vertigem. Apresenta-se bastante agitado, e colapsou com urina, com queixa de dor intensa nos locais referidos (membro e mobilização e MTE em posição autolítica).
Atendidos:

2 - EXAME FÍSICO

- A - SI normal de luz cervical ou de VA.
- B - Espirais, MV @, murmurais.
- C - Hemodinâmica normal. FC = 84 bpm.
- D - Pulso amplos.
- E - ECG = 15, diag. 14.
- E - Edema de MTE (membro e cotovelo).
- Escuridão no lóbio superior.
- Posição autolítica de MTE, si, sinal localizatório.
- Edema malar e E. (medial).

Abdomen - insólito.

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ

SAME / ARQUIVO

3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

Trauma de membros.

Hora: 18:00

- ① Solicito panes da Otoprotia
- ② Solicito RX: Omozelo E, bacia, fones, cotovelo E.
- fender. Verer, peler
- ③ Panes da NCR. do cotovelo ②
- ④ Solicito TC de cranio

*** Manoel Fernandes da Silva**
Ortopedia e Traumatologia
Médico do Trabalho
CRM-RN 2899

to show pale yellow to orange to red; of
purple or brownish. Refers to soil
in Brazil (E. & M.E. (Fraser?), of
philosophical position of movements. Los
ex. Negro:
1941, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616,

5 - PRESCRIÇÃO MÉDICA

- PRESCRIÇÃO MÉDICA			
DATA E HORA	PRESCRIÇÃO	VIA	ENFERMAGEM 202
			HORÁRIO ASSINATURA NEURONAL
	① Dieta oral qno.		
	② Dipirona 300 mg/ml - 02 ml + 08 ml C		18:30
	ABD. IV. ✓		
	③ Inj. de 50 mg/ml - 02 ml + 100 ml C		18:30
	SP 0,9%, IV, em 30 min.		
Dr. Renato Fernandes Médico CRM: 5121			
Fez o exame físico e deu o diagnóstico.			

SUBSCRIPTIONS: CUBANIC NEWSPS - (84) 3231-1311

6 - DIAGNÓSTICO(S) DEFINITIVO(S)

6 - DIAGNÓSTICO(S) DEFINITIVO(S) *Resposta Orgânica de*
do C. CR p. (de) ictus
do do m. p. ictus

7 - CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO

' () ALTA DO PRONTO SOCORRO

INTERNAÇÃO HOSPITALAR

() TRANSFERÊNCIA

() OUTROS (Descrever)

Observações:

Dr. Manoel Fernandes da Silva
Ortopedia e Traumatologia
Medicina do Trabalho
CRM-RN 2090

Data: / /

Hora: :

Identificação Médica

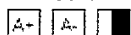
ENDEREÇO Rua Visconde de Pirajá 547 Sala 802, Ipanema, Rio de Janeiro - 19, CEP: 22410-900
BENEFICIÁRIO ACLEDYSON FONSECA SANTANA
CPF/CNPJ: 05689726435

Posição em 21-07-2015 10:01:03

Indenização creditada em 24/06/2015, no valor de R\$ 11.812,50, em banco e conta de titularidade do beneficiário, conforme autorização de pagamento assinado pelo mesmo.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
24/06/2015	R\$ 11.812,50	R\$ 0,00	R\$ 11.812,50

Acessibilidade

[Tradução em Libras](#)[Leitura de Páginas](#)[Atalhos de teclado](#)[Acessibilidade](#)[Como dar entrada](#)

- [Como dar entrada - Dicas importantes](#)
- [Documentos despesas médicas](#)
- [Documentos invalidez permanente](#)
- [Documentos morte](#)
- [Onde dar entrada](#)
- [Dicas indispensáveis](#)

Pague seguro

- [Como pagar](#)
- [Consulta a pagamentos efetuados](#)
- [Informações gerais](#)

Acompanhe o Processo

- [Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.](#)
- [Mapa do Site](#)
- [Dicionário do DPVAT](#)
- [Denuncie](#)
- [Imprensa](#)
- [Outros serviços](#)
- [Blog](#)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, Mossoró - RN - CEP: 59625-410

0819796-95.2015.8.20.5106

AUTOR: ACLEDYSON FONSECA SANTANA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro o benefício da Justiça Gratuita.

Em razão da impossibilidade de aprazar audiência de conciliação dentro do prazo de 30 (trinta) dias, como reza o art. 277, do CPC, a finalidade maior do procedimento sumário, que é celerizar o andamento das ações que nele se encaixam, fica prejudicada, convertendo-se em evidente vantagem para a parte ré, que terá prazo mais elástico para contestar.

Portanto, hei por bem converter o rito procedimental do presente processo, de sumário para ordinário.

CITE-SE o(a) requerido(a), para que apresente resposta à inicial, se assim desejar(em), no prazo legal, sob pena de confissão e revelia.

Mossoró/RN, 9 de agosto de 2015

Manoel Padre Neto

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente, na forma da Lei nº 11.419/06)

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

CARTA DE CITAÇÃO

Mossoró 3 de setembro de 2015

0819796-95.2015.8.20.5106

PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Autor: ACLEDYSON FONSECA SANTANA

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Ilmo(a). Sr(a). Representante Legal do(a)

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Rua Senador Dantas, 14, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Serve a presente carta, de ordem do(a) MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, o(a) Dr (a). MANOEL PADRE NETO da 4ª Vara Cível desta Comarca, extraída dos autos em epígrafe, para CITAR Vossa Senhoria, na condição de representante legal do(a) **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..**

FINALIDADE: para, no prazo de 15(quinze) dias, responder aos termos da presente ação, sob pena de confissão e revelia.

ADVERTÊNCIA: Cientificando-o(a) de que, não ocorrendo defesa, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na petição inicial, cuja cópia segue acostada, fazendo parte integrante e complementar da presente.

NARA REGINA BEZERRA

Auxiliar Técnica

Habilitação em processo

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE MOSSORÓ/RN**

PROCESSO Nº 0819796-95.2015.8.20.5106

PARTE AUTORA: ACLEDYSON FONSECA SANTANA

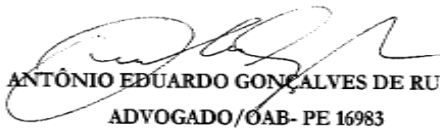
**PARTE RÉ: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S/A.**

ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, brasileiro,
casado, advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 1066-A, vem, perante Vossa
Excelência requerer a competente **HABILITAÇÃO** nos autos da ação em epígrafe,
mediante juntada dos documentos em anexo.

**Na oportunidade, requer a V. Exa. que todas as
intimações e/ou publicações sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome
do Advogado ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/RN sob o
nº 1066-A, com escritório no endereço expresso no timbre desta, sob pena de
nulidade das mesmas.**

Pede Deferimento.

Recife/PE para Mossoró/RN, 28 de Setembro de 2015.


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983

ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
OAB/RN nº 1066-A

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ/RN**

PROCESSO Nº 0819796-95.2015.8.20.5106

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

S/A, empresa seguradora com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.031-205, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ACLEDYSON FONSECA SANTANA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vêm, mui respeitosamente e tempestivamente, à presença de Vossa Excelência apresentar sua **CONTESTAÇÃO**, arguindo, provando e requerendo o que se segue:

Preliminarmente, requer a V. Exa. que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do Advogado ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16983 e OAB/RN nº 1066-A, com escritório no endereço expresso no timbre desta, sob pena de nulidade das mesmas.

I| DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS

Alega a parte autora em sua peça vestibular que no dia **11.03.2015** foi vítima de acidente de trânsito, alegando em síntese que do sinistro ocorrido acarretou invalidez permanente.

A parte autora, de posse de toda documentação necessária, realizou pedido administrativo referente ao valor total da indenização correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, que após a devida análise da documentação apresentada efetuou o pagamento da verba indenizatória no importe de **R\$ 11.812,50 (ONZE MIL, OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez PARCIAL e permanente da Parte Autora.

Ora, Excelência, não há que ser acolhido o valor alegado pela parte autora, ditos como corretos, para apreciação do teto indenizável, já que fora pago quantia referente à porcentagem lesionada apurada no caso apresentado. Conforme será demonstrado em tópico oportuno.

Destarte, sendo a invalidez graduada, de acordo com a Lei 6.194/74, o cálculo da reparação deve ser proporcional ao grau de invalidez, bem como a sua repercussão. Cuida-se de uma exigência do PRINCÍPIO DA IGUALDADE, que não admite sejam tratadas igualmente situações desiguais.

Por fim, ressalta esta seguradora, ora Ré, que se deve atentar para o fato de que a parte autora deve demonstrar provas do alegado na exordial, para não alegar fatos sem fazer a devida comprovação, como DETERMINADO POR LEI, induzindo assim este Juízo em erro.

II| DA REALIDADE DOS FATOS

Conforme antecipado pela própria Parte Autora, a Seguradora Ré já procedeu com o pagamento do sinistro indicado de forma administrativa em 22.06.2015, quitando totalmente o que era devido a parte autora, com base na documentação apresentada pela mesma, conforme se verifica através da tela de pagamento do MEGADATA abaixo:

Número do Sinistro 315046216501	Natureza 2 - INV PERM
Código da Seguradora 2119 - ARUANA SEGUROS S/A	Delegacia POLICIA MILITAR
Nome da Vítima ACLEDYSON FONSECA SANTANA	Regulação 1
Data de Nascimento 13-08-1982	Data Reclamação 26-05-2015
Nome do Recebedor ACLEDYSON FONSECA SANTANA	Data do Sinistro 11-03-2015
CPF/CGC Recebedor 00005689726435	Valor Indenização 11.812,50
Código do Receb./Benef. 1 - VITIMA	Valor Cor.Mon./Juros 0,00
Nome do Procurador	Data do Pagamento 22-06-2015



Ora, Excelência! A parte autora mesmo já indenizada pela lesão sofrida, provoca este MM juízo pleiteando o teto da indenização do seguro DPVAT, o que de fato não faz jus, uma vez que já recebeu a quantia correta conforme será demonstrado em tópico oportuno.

É importante ressaltar que esta Seguradora Ré procedeu ao pagamento administrativo de valor correspondente à lesão suportada pelo demandante, ou seja, tudo de acordo com a legislação especial que trata do seguro obrigatório, tendo procedido ao pagamento correspondente ao grau da lesão constante da tabela contida na Lei 11945/09, não havendo razão ou fundamento jurídico que permita que a demandante receba uma indenização no valor máximo, uma vez que para estes casos somente se paga tal indenização nos termos acima descritos, QUE NÃO É O CASO EM QUESTÃO.

Douto julgador, uma vez já tendo a lide sendo resolvida, e não havendo mais o que ser discutido, não assiste razão a pretensão formulada, uma vez que a mesma carece de falta de interesse de agir.

Sabe-se que, o interesse de agir apenas está presente quando o autor tem a necessidade de se valer da via processual para alcançar o bem da vida pretendido, interesse esse que está sendo resistido pela parte ex adversa, bem como quando a via processual lhe traga utilidade real, ou seja, a possibilidade de que a obtenção da tutela pretendida melhore na sua condição jurídica.

Apurou-se conforme parecer técnico que o grau de invalidez embora permanente é apenas PARCIAL.

Exatamente a quantia paga à Parte Autora.

Ora! Resta claro que a presente demanda não se encaixa em nenhuma das hipóteses acima mencionada e em razão disso, é inequívoco afirmar a falta de necessidade da pretensão e consequentemente, falta do interesse de agir, o que deve acarretar a extinção do processo sem a resolução do mérito de acordo com o Art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

III| DAS PRELIMINARES

III.1| DA CARÊNCIA DE AÇÃO - DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDIVEL AO EXAME DA QUESTÃO - LAUDO DO IML

Ao analisar os fatos trazidos na peça vestibular constata-se que a parte autora pretende que o seguro DPVAT a indenize por invalidez permanente que teria como causa um acidente automobilístico.

Esta Seguradora pretende demonstrar que a parte autora carece da ação por não ter feito a comprovação documental de sua pretensão. Ocorre que, a parte autora não junta ao processo o documento que comprova ser o seu grau de invalidez superior ao que constou no processo administrativo, sendo este imprescindível para o deslinde da demanda.

Nesta senda, os parágrafos 4º e 5º, acrescentados ao art. 5º da lei nº 6.194/74 pela lei nº 8.441/92, estabelecem:

"§ 4º - Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora".

4|

§ 5º - O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças.”

Constata-se que não fora juntado aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal certificando, com a exatidão que a lei determina, o percentual de invalidez da parte autora e qual o grau de redução funcional que porventura atingiu a mesma, elementos imprescindíveis para que se possa fixar, de maneira correta, a indenização devida, de acordo com tabela específica, como previsto em lei e normas disciplinadoras.

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supracitada, como em razão de ser fundamental ao alcance de seu direito, em conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC. Vejamos:

"Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito" (CPC)

Assim, não havendo meios comprobatórios do alegado, deve a presente demanda ser extinta sem julgamento do mérito em perfeita consonância com o disposto no artigo 267, inciso IV do CPC.

III.2| FALTA DE INTERESSE DE AGIR ANTE A EXISTÊNCIA DE QUITAÇÃO EM SEDE DE REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA

Mesmo que ultrapassada a argumentação já trazida a baila, há também de se trazer a colação, nem que seja apenas por amor ao debate, os motivos pelos quais deve a presente demanda ser extinta sem resolução de mérito por falta de

interesse de agir do autor, ante a plena e total quitação dada em sede de regulação administrativa.

Como bem restou comprovado nos autos, o demandante já recebera o que lhe era devido, tendo em vista que após rigoroso tramite de regulação administrativa, lhe fora realizado pagamento referente a indenização securitária do Seguro Obrigatório, em total consonância com o que determina a Legislação vigente, conforme MEGADATA em anexo.

Ainda, há de se ressaltar que o demandante, quando do pagamento supra mencionado, deu plena, geral e irrestrita quitação dos valores a que tinha direito, sem qualquer ressalva, dando vazão a caracterização do ato jurídico perfeito e acabado, não restando nada mais a receber da demandada.

É a interpretação que se abstrai da leitura dos Arts. 319 e 320 do Código Civil. Veja-se:

"Art. 319. O devedor que paga tem direito a quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada."

"Art. 320. A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, designará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante."

Parágrafo único. Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida."

(Grifos nosso)

Quanto a matéria ora tratada, leciona a ilustre Maria Helena Diniz¹ que "(...) a prova do pagamento é a quitação, que consiste num documento em que o credor ou seu representante, reconhecendo ter recebido o pagamento de seu crédito, exonera o devedor da obrigação", e que "tal quitação engloba a quitação dada por meios eletrônicos ou por quaisquer formas de comunicação a distancia, assim entendida aquela que permite ajustar negócios jurídicos e praticar atos jurídicos sem a presença corpórea simultânea das partes ou de seus representantes". Indo mais além, afirma que mesmo

¹ Diniz, Maria Helena. Código Civil anotado/Maria Helena Diniz – 15. ed. rev. e atual. – São Paulo, 2010. Pags. 304 e 305.

que a quitação não contenha os requisitos exigidos no *caput* do art. 320, terá validade se de seus termos ou das circunstâncias se puder inferir que o débito foi pago e o devedor exonerado. Em caso de dúvida, o julgador poderá admitir o pagamento de dívida, mediante depósito bancário feito pelo devedor em conta-corrente do credor, no qual, em regra, não há menção de débito pago”.

Indo mais além, ressalta Silvio de Salvo Venosa², que se ressalva alguma for feita no instrumento de quitação, entende-se que esta engloba todo o débito.

No caso telado, confessa a parte autora já ter recebido os valores devidos a título de indenização, restando por esse motivo inviabilizada a pretensão de recebimento de indenização complementar. É exatamente este o entendimento externado pelo STJ:

*“Processo civil. defensoria pública. assistência judiciária. resolução da procuradoria-geral do estado de são paulo. diferença entre os honorários arbitrados judicialmente e o constante da resolução pge-sp. cobrança. impossibilidade. precedente. **O advogado que aderiu aos critérios estabelecidos na citada Resolução da Procuradoria-Geral, recebendo os honorários respectivos sem ressalvas e dando plena, geral e irretratável quitação, não pode pleitear qualquer diferença do Estado.** Inocorrência de violação do art. 22 da Lei 8906/94. Recurso especial improvido.” (STJ RESP 280169 / SP; RECURSO ESPECIAL 2000/0099240-2, DJ DATA:05/08/2002 PG:00233 RSTJ VOL.:00160 PG:00203, Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, 23/04/2002, T2 - SEGUNDA TURMA).*

Isto posto, resta evidente a falta de interesse de agir, uma vez que a indenização securitária foi totalmente adimplida em sede de regulação administrativa, não restando ao autor nenhum direito creditório em face da demandada.

IV | DO MÉRITO

Afora as questões processuais acima declinas, outras, de mérito, impõem a improcedência dos pedidos formulados pela PARTE AUTORA.

²Venosa, Silvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos/ Silvio de Salvo Venosa. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2010. – (Coleção direito Civil; v. 2). Pag. 198.

Nos itens seguintes, esta SEGURADORA RÉ procederá com o combate dos itens de defesa alegados pela PARTE AUTORA em sua Exordial, comprovando a inconsistência de seus argumentos e a necessidade de reconhecimento da improcedência total da ação promovida perante este MM. Juízo:

IV.1| DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - NECESSIDADE DE GRADAÇÃO DA LESÃO

Conforme se observa na petição inicial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT é a alegada invalidez permanente da Parte Autora. Desta feita, o cerne da questão que motivou a lide é a invalidez da parte demandante, bem como, o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios.

Sendo assim, a Legislação é bastante clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com o grau de invalidez apurado em laudo pericial.

Assim, vale ressaltar que a parte autora não faz jus a verba indenizatória integral, referente à indenização de seguro DPVAT, visto tratar-se o caso em questão de **invalidez parcial**, acrescentando a ré que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça está em consonância com o art. 5º, §5º da lei 6.194/74, onde se depreende que o laudo pericial, exarado pelo IML, deverá ser apresentado com a indicação do grau e percentual da invalidez para fins de indenização.

Ora, basta a simples análise dos documentos acostados pela parte autora que, logo se concluirá pela improcedência do pedido inicial, e na hipótese remota de acolhimento do mesmo, de plano se afasta a possibilidade de pagamento integral, haja vista não haver nos autos qualquer documento capaz de comprovar alguma extensão dos danos que corresponda ao grau total.

Tanto é que a lei 6.194/74, quanto à lei 11.482/2007, bem como as alterações previstas na lei 11.945/2009, fazem distinções dos graus de invalidez auferidos em perícias para fins de pagamentos de indenização, pois essas leis limitam o valor indenizatório em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Em continuidade, salienta a ré que a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, sendo esta última subdividida em completa e incompleta.

Nesta senda, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474, pacificando que nos casos de invalidez permanente, as indenizações do Seguro Obrigatório DPVAT deverão ser pagas em conformidade com o grau de invalidez da vítima, vejamos:

"Súmula 474 STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

Registra-se, por oportuno, que a gradação é aplicável em todos os casos de invalidez, independentemente da data do acidente, ou da lei em vigor à época do acidente, visto que, conforme pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça, não faria sentido o Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74 dispor as quantificações das lesões se esses dados não refletissem nas indenizações pagas, in verbis:

"DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. TABELA. Trata-se de ação de indenização decorrente de seguro DPVAT proposta, na origem, pelo recorrente para reparação de invalidez permanente (membro inferior esquerdo) em consequência de acidente de trânsito datado de 1999. Discute-se, no REsp, se é válida a fixação de tabela de redução do pagamento da indenização decorrente do DPVAT com fundamento em invalidez permanente parcial. A Min. Relatora destacou que o recorrente insurge-se contra a redução da tabela, com fundamento no art. 3º da Lei n. 6.194/1974, em vigor à época dos fatos; hoje, a redação dessa norma foi modificada pela Lei n. 11.482/2007, porém ela não tem pertinência neste julgamento. Também ressaltou que a redação original do art. 5º, § 5º, da citada lei disciplinava que o instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificaria as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto na lei, em laudo complementar, no prazo médio de 90 dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada nas restrições e

9|

omissões pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional de doenças. Logo, explicitou que não faria sentido a citada lei dispor as quantificações das lesões se esse dado não refletisse na indenização paga. Dessa forma, concluiu que é válida a utilização da tabela de redução do pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial e que o pagamento desse seguro deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedente citado: REsp 1.119.614-RS, DJe 31/8/2009. REsp 1.101.572-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 16/11/2010.”

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização total ao autor, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

IV.2|EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO - QUITAÇÃO TOTAL EM VIA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em questão.

Excelência, a parte Autora vem requerer perante este Juízo reajuste no valor da indenização securitária, uma vez que já recebeu administrativamente a quantia de R\$ 11.812,50 (ONZE MIL, OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), conforme MEGADATA colacionado anteriormente.

Ademais, neste caso, tem-se uma situação clara de pura e irrestrita a liquidação do seguro DPVAT, com a consequente extinção da obrigação indenizatória, uma vez QUE O PAGAMENTO FORA DEVIDAMENTE REALIZADO CONFORME CONFISSÃO DA PRÓPRIA PARTE AUTORA.

Pois, ocorre que com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro, ou seja, a ora ré.

Sucede que, em posse da documentação indicada, a parte Autora já socorreu a esta Seguradora, afim de pugnar pelo recebimento da indenização, o que fora devidamente realizado.

Desta feita, faz-se necessário observar o total descabimento da demanda pleiteada, que vem apenas utilizar-se do Judiciário com o intuito de ludibria-lo, acionando a máquina jurisdicional afim de gastar apenas tempo e dinheiro que poderiam estar sendo investidos em casos que merecerem, de fato, amparo legal e atenção desde Magistrado.

Subsistindo óbice intransponível ao suposto direito da parte autora, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos Arts. 3º e 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

IV.3| DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Com relação aos juros de mora, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não espera, é imprescindível que seja analisada a questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Conforme o disposto no artigo 219 da Lei Processual Civil vigente, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Seguradora, ora ré, que o marco inicial para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil. Vejamos:

"Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."

Na mesma esteira, pacificou o STJ, vejamos:

"Súmula 426 - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."

11|

Com relação à correção monetária, é crucial que seja analisada a questão com base na Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação, senão vejamos:

"art. 1º . (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."

O Superior Tribunal de Justiça, através do REsp 43.640-0-SP, 6ª Turma, tendo como relator o Ministro Anselmo Santiago, retratou o seu entendimento sobre a correção monetária conforme ementa que segue transcrita:

"Não ofende o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil o acórdão que restringe a incidência da correção monetária a partir do ajuizamento da ação e não antes, por falta de previsão legal" (STJ-6ª Turma, REsp 43.640-0-SP, rel. Ministro Anselmo Santiago, j. 21.6.94, não conheceram, v.u., DJU 28.11.94, p. 32.645).

Portanto, na hipótese de condenação da Ré, o verdadeiramente que não acredita, requer que os juros moratórios sejam contados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do ajuizamento da ação, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81, face aos argumentos suscitados na presente contestação.

IV.4|DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Resta claro ainda que sob nenhum aspecto cabe o pedido da parte autora no sentido de pleitear a descabida monta de 20% de honorários nesta demanda, haja vista que desta forma pretende violar dispositivo de lei.

Válido ressaltar que a parte autora é beneficiária da Justiça Gratuita, haja vista a Lei 1.060/50. Porém, o mesmo dispositivo legal determina que no caso de vencedor o beneficiário da Justiça Gratuita, ou seja, no caso em tela, a parte autora, o montante de honorários advocatícios a ser pago pelo vencido deve respeitar o patamar máximo de 15% (quinze por cento). Vejamos:

"Art. 11. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.

(...)."

Ressalte-se, por oportuno, o art. 20, § 3º do Código de Processo Civil, onde se diz que o percentual máximo permitido, em casos de "fácil" instrução, por ser matéria de direito, é de 20% (vinte por cento):

"(...) § 3o - Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: (Redação dada pela Lei n.º 5.925, de 1º.10.1973)

a) o grau de zelo do profissional;

b) o lugar de prestação do serviço;

c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (...)"

Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, tornando-se assim, injustificável o pedido de honorários no patamar de 20% (vinte por cento), o que ora se requer seja julgado totalmente improcedente.

Não fosse isso o bastante, tal pleito se faz demasiadamente severo, tendo em vista que restou comprovado que a Seguradora em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu apenas em consonância com a determinação do órgão que regula o convênio DPVAT.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, o que não acredita, requer que o pagamento dos honorários advocatícios sejam arbitrados na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

IV.5| DO INTERESSE NA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL E DA GARANTIA DO DIREITO DE DEFESA:

Como se sabe, a indenização do Seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente, deve ser paga em conformidade com o alegado através de perícia médica. Certo é que, todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do membro afetado, em absoluta consonância com a Lei, que estipula o percentual máximo para cada caso.

Excelência, é de total interesse desta Seguradora, ora ré, a produção de prova pericial, pois estamos diante de uma divergência que somente poderá ser dirimida com a realização de tal exame, haja vista que a parte autora não comprova o alegado e apenas colaciona aos autos meros documentos médicos que não quantificam nem quantificam a lesão sofrida.

Ocorre que, a parte autora jamais poderia afirmar estar inválida totalmente, sendo que este fato só poderá ser comprovado com o Laudo de Exame Pericial, eis que urge a imperiosa necessidade da realização de prova pericial.

Desta feita, a parte Ré informa que tem total interesse na realização da prova pericial, dirimindo assim as dúvidas que pairam sobre o direito autoral.

V| REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, é a presente para requerer de V. Exa, preliminarmente:

- a) Que seja acolhida, a preliminar de extinção de feito sem resolução de mérito, em face da **ausência de juntada de documentos indispensáveis a propositura da ação, qual seja, laudo do IML;**
- b) Que seja acolhida a preliminar de extinção do feito sem resolução do mérito ante a existência de **quitação em sede de regulação administrativa.**

Caso ultrapassadas as preliminares, requer seja no mérito reconhecida a total improcedência do pleito autoral para:

- a) Acolher a incidência da Lei 6.194/74, com todas as suas alterações, considerando que a PARTE AUTORA não comprovou a sua situação de invalidez permanente, não fazendo jus ao pagamento de qualquer indenização FORA O QUE JÁ FOI REALIZADO DE FORMA ADMINISTRATIVA, a quantia de **R\$ 11.812,50 (ONZE MIL, OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS);**
- b) Caso assim não entenda este MM. Juízo, pela improcedência de plano do pleito autoral, requer seja determinada a produção de prova pericial, nos termos da legislação aplicável, a fim de comprovar a proporcionalidade da invalidez alegada pela Parte Autora, uma vez que **a seguradora ré já cumpriu integralmente sua obrigação quando do pagamento administrativo;**
- c) Em caso de eventual condenação, o que definitivamente não se acredita que seja levado em consideração o grau de lesão suportada pela PARTE AUTORA, que deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável para o presente caso, conforme Tabela de Cálculo para as Indenizações por Invalidez, e que seja levada em consideração a data do sinistro ocorrido para o cálculo da condenação, **abatendo-se os valores devidamente pagos;**
- d) Ainda em caso de eventual condenação, o que se cogita por mero amor ao debate, que os juros apenas incidam a partir da data de citação, e a correção monetária a partir da distribuição da ação;
- e) Na remota hipótese de condenação, caso haja fixação de honorários de sucumbência, considerando que a Parte é beneficiária da assistência judiciária Gratuita, requer sejam os mesmos limitados ao percentual de 10%, conforme previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1060/50.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a produção de prova pericial, a juntada de documentos, a ouvida de testemunhas e o depoimento pessoal da PARTE AUTORA, sob pena de confesso.

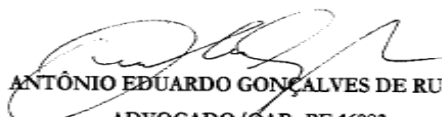
15|

Por fim, os patronos subscritores da presente peça dão por autênticos os documentos acostados aos autos pela Ré, nos termos do artigo 365, inciso VI do Código de Processo Civil.

Ao final, a condenação da PARTE AUTORA nas custas e em honorários advocatícios em favor da Seguradora Ré nos termos do art. 20, § 4º do CPC.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

De Recife/PE para Mossoró/RN, 28 de setembro de 2015.


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983

ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
OAB/RN nº 1066-A

ROL DE QUESITOS (ANEXO I)

- 1. Queira o Sr. Perito informar, detalhadamente, quais são as lesões atualmente apresentadas pelo Autor e se as mesmas decorrem (ou não) do acidente relatado na petição inicial;**
- 2. Queira o Sr. Perito informar se das referidas lesões decorreu alguma invalidez ou incapacidade para o Autor e, em caso positivo, qual o seu respectivo grau de extensão, bem ainda se a mesma é definitiva ou meramente provisória;**
- 3. Queira o Sr. Perito informar se eventual tratamento médico poderia eliminar ou minorar as lesões já existentes e, em caso positivo, especificar;**
- 4. Queira o Sr. Perito justificar as suas conclusões e esclarecer o que mais entendam necessário para o deslinde da causa.**
- 5. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?**
- 6. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?**
- 7. Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL ou PARCIAL?**
- 8. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?**

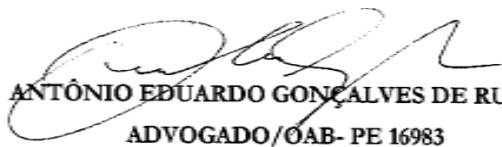
ANEXO II

DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior						
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral						
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica						
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho						
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé						
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço						

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas, os poderes que lhe foram conferidos por, SEBEMI SEGURADORA S/A, FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; ESSOR SEGUROS S.A; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ARUNA SEGUROS S/A; BTG PACTUAL SEGURADORA S.A.; AUSTRAL SEGURADORA S.A; ARGO SEGUROS BRASIL S.A.; UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A; SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A.; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; ÂNGELUS SEGUROS S/A; USEBENS SEGUROS S/A; J.MALUCELLI SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; SUHAI SEGUROS S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA. DE SEGUROS; COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ICATU SEGUROS S/A; COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; BANESTES SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; PQ SEGUROS S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS; CAIXA SEGURADORA S/A; VANGUARDA CIA. DE SEGUROS GERAIS; MAPFRE VIDA S/A; COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS; MARÍTIMA SEGUROS S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S/A; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MBM SEGURADORA S/A; FATOR SEGURADORA S/A; COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; INVESTPREV SEGURO E PREVIDÊNCIA S/A; BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; MAPFRE SEGUROS S/A; COMPANHIA BRASILEIRO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; VIDA SEGURADORA S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ALFA SEGURADORA S/A; ACE SEGURO S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; PAN SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A; COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; GENTE SEGURADORA S/A; SINAF PREVIDÊNCIA CIA. DE SEGUROS; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; BMG SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CREDITO S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ITAU SEGUROS S/A; FEDERAL SEGUROS S/A; BRADESCO SEGUROS S/A; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT aos advogados **MARIANA DE OLIVEIRA SILVA**, brasileira, advogada regularmente inscrita na OAB/PE sob o nº 30.915, **EVANDRO JOSÉ DE MELO FILHO**, brasileiro, advogado regularmente inscrito na OAB/PE sob o nº 25.613, **VICTOR HUGO MEDEIROS DE MORAIS**, brasileiro, advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 12.683 e **ALEXANDRE HENRIQUE OLIVEIRA DE BRITO**, brasileiro, advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 12.868, todos, com endereço profissional na Rua Dr. Luiz Felipe Câmara, nº 55, sala 505, Edifício Themis Tower, Lagoa Nova – RN, com poderes para ter acesso aos autos para carga, cópia realizar audiência, praticar os atos necessários para o fiel cumprimento, nos autos deste processo, tendo o presente termo vigência para protocolo em até 1 (um) ano após a data de sua assinatura, caso não protocolado aos autos.

Recife/PE, 22 de agosto de 2014.


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, é por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro



Seguradora Líder - DPVAT

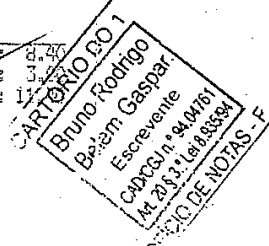
OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia : 8.40
36% TJ-FUNDOS : 3.42
Total : 11.82
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EAGM-29273 Bnk, EAGM-29274 GUP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Cod: X0000010044F. Conf. por:
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014. Serventia : 4.33
36% TJ-FUNDOS : 1.53
Total : 5.86
Geovani Alves Cunha - Aut.
EALF-09485 Bnk Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.

SUBSTABELECIMENTO

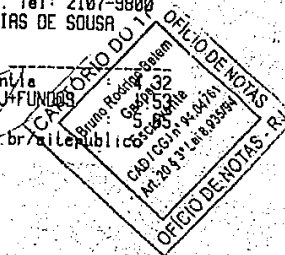
Na qualidade de procurador da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do **Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2014.

Valdir Dias de Sousa Junior

Valdir Junior
Gerente Jurídico Contencioso

1º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira
Rua do Carmo 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de: VALDIR DIAS DE SOUSA
JUNIOR (X0000008593E)
Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2014. Conf. por: _____
Em testemunho _____ da verdade. Servante _____
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut. 38% TJ-FUNJUS
EAAH-18458 (UPU Consulta em <http://www3.tjrj.jus.br/ilepubl>) Total _____



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Forno Oliveira
 Rua do Carmo, 55 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9840
 Cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cód: XXXXX010084E. Cart. por: 4,15
 36% IHTU/UDS : 1,53 20 (3) Lei 8.252/94
 Total
 Certificado e entregue em 12 de agosto de 2014.
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.
 Geovani Alves Cunha - Aut.
 EALF-09484 NE Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitpublico>

CARTÓRIO DO 17º
 Geovani Alves
 Cunha
 Escrevente
 CTPS nº 83919
 São 158 RJ
 OFÍCIO DE NOTAS - R

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta Parte é editada eletronicamente desde 23 de janeiro de 2006

ATAS, CERTIDÕES E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firms

BRASIL SANEAMENTO S.A.
CNPJ Nº 08.168.581/0001-30

NIRE: J330027232-1

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA da Brasil Saneamento S/A, inscrita no CNPJ nº 06.988.100/0001-00, com sede social e administrativa em Rua João de Deus, nº 316/009, 2º andar, sala 1002 (parte), Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

2. Convenção e Resolução: Convocação dispensada, nos termos do parágrafo 4º do artigo 174 da Lei nº 6.404/76, leia e aprovada a seguinte Resolução da Assembleia Geral Extraordinária, em presença (Anexo I) 3. Mesa: Presidente: Renato Pereira Coutinho; Secretário: Renata Pereira Lobo e Silva. 4. Deliberações: tomadas pela unanimidade dos acionistas: 4.1 - Aumentar o capital social da Companhia em R\$ 2.148.960,00 mediante emissão de ações ordinárias, lotes nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 100,00 por ação, conforme com o inciso I do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, o que totalizasse o preço de emissão destinado à formação do capital social, que passe de R\$ 49.134.968,00 para R\$ 51.283.948,00, 4.2 - Emissão de todas as ações nominativas e sem valor nominal de R\$ 2.148.960,00 novas acrescidas da Companhia, às expensas da Companhia, pela acionista SGC Internacional S/A, ao preço de emissão loteado de R\$ 2.148.960,00, sendo esta parte totalmente integralizada, neste ato, em moeda corrente nacional, conforme o Boletim de Subscrição (Anexo II) emitido pelo departamento de debênturas nos seus atos anteriores, aprovação da presente Ata e das demais Resoluções da Assembleia, que se passa a vigorar com a seguinte redação: "Artos 4.º - O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 51.283.948,00, dividido em 33.468.951 ações ordinárias, cada uma com o valor nominal de R\$ 100,00 e sem valor nominal". 4.3 - Aprovar a lavratura desta ata em forma de ata, assinada pelo Presidente da Assembleia e pelos membros da Mesa. 5. Encerramento: Nada mais havendo tratado-se e presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária, que foi aprovada e assinada pela unanimidade dos acionistas. E Assinaturas: Renato Pereira Coutinho, Diretor Presidente; Renata Pereira Coutinho, Secretária da Assembleia; Renata Pereira Lobo e Silva, Procuradora Jurídica; SGC Internacional S/A, Victor Saneamento Ltda.; Alessandro d'Ezeshy Ferreira; João Manuel Marcos Rodrigues Leite; João Manuel Coutinho Pereira Coutinho e Carlos Gerardo Langoni, Corefere com o Original. Por este meio, informo, Rio de Janeiro, 31/08/09, Renata Pereira Lobo e Silva. NIRE: J330027232-1. Inscrição Estadual 0000195110 em 04/02/2002, Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações

Associações, Sociedades e Firmas
Avisos, Editais e Termos
Associações, Sociedades e Firmas
Extração de Documentos
Leilões Extrajudiciais

[illegible]

prio. Mesa: Antonio Luiz Beneditos Xavier - Presidente; Damião Carlos Moreno Tavares - Secretário, JUCERJA nº 0000185884 em 10/03/2009. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S/A
CONSTRUTORA OAS LTDA
CONSTRUTORA BRASILIA GUANIBA LTDA

TERMO DE CONSTITUICAO DE CONSORCIO, QUE ENTRE SI FAZEM: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S/A - CNPJ Nº 14.312.792/0001-44; CONSTRUTORA OAS LTDA - CNPJ Nº 14.310.577/0001-04 e CONSTRUTORA BRASILIA GUANIBA LTDA - CNPJ Nº 33.192.87/0001-00, 1) Terão como objetivo a execucao para o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, ante subscricao de contrato com o Ministério dos Transportes, doravante denominado DNIT, dos estudos e execucao da realizacao das Obris de Implimentacao e Pavimentacao na Rodovia BR-290/RS, com 115RS-116 (Sapucaia ao Sul) - Entr. BR-290/RS, Km 14,44 - Km 22,34, compreendendo no LOTE 3 da Concorrência Pública Nº 150 - 3º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre, RS, CEP: 20090-000 e fora na cidade de Porto Alegre, RS, com 115RS-116, qual se necessário para a integral execucao do contrato Nº 492709-00, terminando de pleno direito quando as obras sob as quais o CONSORCIO se comprometeu tiverem entregues e todas as obrigacoes dele decorrentes sob liquidade e integral satisfacao devida pelo DNIT, ou quando a modalidade da execucao do contrato for alterada ou seja prejudicial; impositivo; 3) As CONSORCIADAS participam da empreitada nas seguintes condições, nos lucros e perdas, nos custos diretos e indiretos, tributos e encargos, despesas com pagamentos, impostos e recursos financeiros, ônus, ônus, deveres, responsabilidades, seguros, obrigações e obrigações, em nome do CONSORCIO, no âmbito de atuação do CONSORCIO, na forma a seguir: QUEIROZ GALVAO - 37,00% (trinta e sete por cento) e oitenta e sete por cento), OAS - 37,00% (trinta e sete por cento) e oitenta e sete por cento) e BRASILIA - 24,40% (vinte e quatro por cento) e oitenta e sete por cento); 4) As CONSORCIADAS participam de todas as etapas de execucao dos serviços que integram o EMPREENDIMENTO, observando-se para todos os serviços, notadamente, sempre, o limite acima estabelecido, Registrado na JUNTA COMARCENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NIRE Nº 33.000.023/0001-00, inscrita no CNPJ Nº 00-2009/172155-5, Secretária Geral - Valdire G. M. Silva, S.p.A.

POTLATCH EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJMF 30.023.092/0001-23
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS - em 21 de setembro de 2009, às 10:00h, em caráter representativo 100% (com por cento) da capital da Potafol Engenharia e Construção S/A, inscrita no CNPJ/MF nº 30.023.092/0001-23, na Rua da Outinada nº 32, 16º andar (parte), aprovaram por unanimidade as seguintes deliberações tomadas em Assembleia de Sócios: (I) Redução do capital social no Importe de R\$ 608.820,00 (seiscentos e oito mil, oitocentos e vinte reais) mediante transferência ao Sócio Maria Cesar Campesinato das Imóveis que seguem: (a) Alameda nº 13.750, bairro Santa Helena, Salvador-Alagoas, antiga Av. Alfredo Balduino da Silveira, Recreio das Bandeirinhas, Rio de Janeiro, RJ, descrito e caracterizado na Matrícula nº 88.476 do 9º ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Capital do Estado do Rio de Janeiro; (b) Sítio nº 15 de Quadra P da Planeta 51-55-12915, com frente para a Av. César Montari, antiga Serviço "H", Recreio dos Bandeirinhas, Rio de Janeiro, RJ, descrito e caracterizado na Matrícula nº 94.264 do 8º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Capital do Estado do Rio de Janeiro. Redução de 1.332.033 (um milhão, trezentos e trinta e dois mil, trezentos e trinta e três) unidades da capital da sociedade; (II) Alteração do contrato social e estatuto das Potafol Engenharia e Construção S/A - em 21 de setembro de 2009, Maria Cesar Campesinato - Presidente; Bruno Roberto Campesinato - Secretário.

MEGAPAR PARTICIPAÇÕES S.A
CNPJ/MF: 10.324.824/0001-12
NIRE: 33.3.0028510-4

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06/03/2009. 1. Local, data e hora: 06/03/2009, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Candalaria, nº 65, 2º andar - perle, Centro. 2. Presença: Adonildes representando a tota-



GH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 00.052.600/0001-37

[illegible]

SEGURO LÍDER DOS
CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
CNPJ nº 09.248.608/0001-04
NIRE nº 33.1.0028479-8

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 12 DE MARÇO DE 2009 - Data e Hora: Local: Aos 15 (quinze) dias do mês de março de 2009, às 14:00 horas, na sede social de Companhia, localizada à Rua Senador Dantas nº 74, 13º Andar, Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, convocação: O edital de convocação foi publicado no "Diário Oficial" nº 118, 125 e 126 dos dias 09, 10 e 11 de março de 2009, nas páginas 118, 125 e 126 do "Diário Oficial" nº 118, 125 e 126 dos dias 09, 10 e 11 de março de 2009, no "Jornal Valor Econômico", respectivamente. Publicações Privadas: O Relatório Anual e o Relatório de Informações Financeiras, ambos de 2008, foram publicados nos Balcões, respectivamente, nas Demonstrações Financeiras consolidadas dos 99, 99 e 99, 99, respectivamente.

dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram publicados nas páginas 86 e 87 das edições de 20, 21, 22, 23 e 24 de fevereiro de 2009 do "Jornal Valor Econômico" e nas páginas 146 e 147 de 25 de fevereiro de 2009 do "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, NJ 3009", e a demanda apresentada pelo Conselho de Administração de Seguros Privados, Presidência do Conselho de Administradores representada mais de 22 (dois terços) do capital social da Companhia, conforme a Resolução da Diretoria do Livro de Registro de Proprietários da Companhia, representada por Sr. Edson José de Sálgro de Souza Gonçalves Nunes, representante da Companhia da Companhia; e o representante da empresa de auditoria externa independente, representado por Sr. Paulo A. e Afonso do 1º do art. 134 da Lei nº 8.440/07, Ordem de Serviço nº 100/08, e a Resolução nº 11/08, Exame, discussão e aprovação do Relatório de Acompanhamento e o

Demarcações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, alcançadas dos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria;

2) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2008;

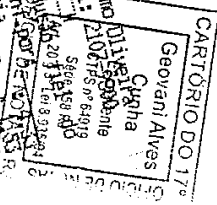
3) Deliberação sobre a distribuição de Dividendos, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a ser pago aos acionistas, aprovado na data base de 31 de dezembro de 2008;

4) Deliberação dos membros do Conselho de Administração e deliberação sobre a Remuneração global da Administração para o ano de 2009; e 5) Ratificação das atribuições e responsabilidades perante a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP/DECOVIGABT 0506; *Em Análise Jurídica*, Extraordinária) 1) Alterar o art. 3º do Estatuto Social para incluir os Sºs 14 e 15 e 6º e 7º e 8º e 9º e 10º e 11º e 12º e 13º e 14º e 15º e 16º e 17º e 18º e 19º e 20º e 21º e 22º e 23º e 24º e 25º e 26º e 27º e 28º e 29º e 30º e 31º e 32º e 33º e 34º e 35º e 36º e 37º e 38º e 39º e 40º e 41º e 42º e 43º e 44º e 45º e 46º e 47º e 48º e 49º e 50º e 51º e 52º e 53º e 54º e 55º e 56º e 57º e 58º e 59º e 60º e 61º e 62º e 63º e 64º e 65º e 66º e 67º e 68º e 69º e 70º e 71º e 72º e 73º e 74º e 75º e 76º e 77º e 78º e 79º e 80º e 81º e 82º e 83º e 84º e 85º e 86º e 87º e 88º e 89º e 90º e 91º e 92º e 93º e 94º e 95º e 96º e 97º e 98º e 99º e 100º e 101º e 102º e 103º e 104º e 105º e 106º e 107º e 108º e 109º e 110º e 111º e 112º e 113º e 114º e 115º e 116º e 117º e 118º e 119º e 120º e 121º e 122º e 123º e 124º e 125º e 126º e 127º e 128º e 129º e 130º e 131º e 132º e 133º e 134º e 135º e 136º e 137º e 138º e 139º e 140º e 141º e 142º e 143º e 144º e 145º e 146º e 147º e 148º e 149º e 150º e 151º e 152º e 153º e 154º e 155º e 156º e 157º e 158º e 159º e 160º e 161º e 162º e 163º e 164º e 165º e 166º e 167º e 168º e 169º e 170º e 171º e 172º e 173º e 174º e 175º e 176º e 177º e 178º e 179º e 180º e 181º e 182º e 183º e 184º e 185º e 186º e 187º e 188º e 189º e 190º e 191º e 192º e 193º e 194º e 195º e 196º e 197º e 198º e 199º e 200º e 201º e 202º e 203º e 204º e 205º e 206º e 207º e 208º e 209º e 210º e 211º e 212º e 213º e 214º e 215º e 216º e 217º e 218º e 219º e 220º e 221º e 222º e 223º e 224º e 225º e 226º e 227º e 228º e 229º e 230º e 231º e 232º e 233º e 234º e 235º e 236º e 237º e 238º e 239º e 240º e 241º e 242º e 243º e 244º e 245º e 246º e 247º e 248º e 249º e 250º e 251º e 252º e 253º e 254º e 255º e 256º e 257º e 258º e 259º e 260º e 261º e 262º e 263º e 264º e 265º e 266º e 267º e 268º e 269º e 270º e 271º e 272º e 273º e 274º e 275º e 276º e 277º e 278º e 279º e 280º e 281º e 282º e 283º e 284º e 285º e 286º e 287º e 288º e 289º e 290º e 291º e 292º e 293º e 294º e 295º e 296º e 297º e 298º e 299º e 300º e 301º e 302º e 303º e 304º e 305º e 306º e 307º e 308º e 309º e 310º e 311º e 312º e 313º e 314º e 315º e 316º e 317º e 318º e 319º e 320º e 321º e 322º e 323º e 324º e 325º e 326º e 327º e 328º e 329º e 330º e 331º e 332º e 333º e 334º e 335º e 336º e 337º e 338º e 339º e 340º e 341º e 342º e 343º e 344º e 345º e 346º e 347º e 348º e 349º e 350º e 351º e 352º e 353º e 354º e 355º e 356º e 357º e 358º e 359º e 360º e 361º e 362º e 363º e 364º e 365º e 366º e 367º e 368º e 369º e 370º e 371º e 372º e 373º e 374º e 375º e 376º e 377º e 378º e 379º e 380º e 381º e 382º e 383º e 384º e 385º e 386º e 387º e 388º e 389º e 390º e 391º e 392º e 393º e 394º e 395º e 396º e 397º e 398º e 399º e 400º e 401º e 402º e 403º e 404º e 405º e 406º e 407º e 408º e 409º e 410º e 411º e 412º e 413º e 414º e 415º e 416º e 417º e 418º e 419º e 420º e 421º e 422º e 423º e 424º e 425º e 426º e 427º e 428º e 429º e 430º e 431º e 432º e 433º e 434º e 435º e 436º e 437º e 438º e 439º e 440º e 441º e 442º e 443º e 444º e 445º e 446º e 447º e 448º e 449º e 450º e 451º e 452º e 453º e 454º e 455º e 456º e 457º e 458º e 459º e 460º e 461º e 462º e 463º e 464º e 465º e 466º e 467º e 468º e 469º e 470º e 471º e 472º e 473º e 474º e 475º e 476º e 477º e 478º e 479º e 480º e 481º e 482º e 483º e 484º e 485º e 486º e 487º e 488º e 489º e 490º e 491º e 492º e 493º e 494º e 495º e 496º e 497º e 498º e 499º e 500º e 501º e 502º e 503º e 504º e 505º e 506º e 507º e 508º e 509º e 510º e 511º e 512º e 513º e 514º e 515º e 516º e 517º e 518º e 519º e 520º e 521º e 522º e 523º e 524º e 525º e 526º e 527º e 528º e 529º e 530º e 531º e 532º e 533º e 534º e 535º e 536º e 537º e 538º e 539º e 540º e 541º e 542º e 543º e 544º e 545º e 546º e 547º e 548º e 549º e 550º e 551º e 552º e 553º e 554º e 555º e 556º e 557º e 558º e 559º e 560º e 561º e 562º e 563º e 564º e 565º e 566º e 567º e 568º e 569º e 570º e 571º e 572º e 573º e 574º e 575º e 576º e 577º e 578º e 579º e 580º e 581º e 582º e 583º e 584º e 585º e 586º e 587º e 588º e 589º e 590º e 591º e 592º e 593º e 594º e 595º e 596º e 597º e 598º e 599º e 600º e 601º e 602º e 603º e 604º e 605º e 606º e 607º e 608º e 609º e 610º e 611º e 612º e 613º e 614º e 615º e 616º e 617º e 618º e 619º e 620º e 621º e 622º e 623º e 624º e 625º e 626º e 627º e 628º e 629º e 630º e 631º e 632º e 633º e 634º e 635º e 636º e 637º e 638º e 639º e 640º e 641º e 642º e 643º e 644º e 645º e 646º e 647º e 648º e 649º e 650º e 651º e 652º e 653º e 654º e 655º e 656º e 657º e 658º e 659º e 660º e 66

[illegible][illegible]

(21) 2717414

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Fiano
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2106775
 Certificado e dou fe que a presente copia é a reprodução fiel do original que foi apresentado e autenticado em 12 de agosto de 2014.
 Cod: XXXXXX100454. Data: 08/08/2014
 Valor: R\$ 3,85
 Total: R\$ 3,85
 Geovani Alves Dória - Aut
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2106775
 EAF-0990 CJA Consultar em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



[illegible]

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA
<https://pje.trjrn.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=15093016571654100000003522243>
 Número do documento: 15093016571654100000003522243

Num. 3675880 - Pág. 9

170 OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Filho Oliveira
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel.: 21077633399
 Série 153 RJ
 Art. 24 da Lei 486/94

Original que foi apresentado. Cod: XXXXXX0100453. Conf: 1004 DE NOTAS - 6
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.

Geovani Alves Cunha AUI
 EAF-09489 TMI Consulte em <https://www.tjri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS
 Geovani Alves
 Cunha

Serviço : 1.53
 Total : 3.86

de 09.04.1971, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Roberto Barroso, brasileiro, casado, bancário, titular do documento de identidade nº 113.580.411-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (3) Gustavo Pinheiro Santos, brasileiro, casado, titular do documento de identidade nº 009.041.017-38, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Bernardo Dieckmann, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 88.886.347-79, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (4) Jorge do Prado Andrade, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 258.975-5, expedido pelo IPRF nº 12.020.000-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Cláudio Jorge Costa do Nascimento, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 3.245.559-9, expedido pelo IPRF nº 12.020.000-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (5) Catimiro Blanco Gomes, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 1.294.867-0, expedido pelo IPRF nº 12.020.000-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Sidney Mayra Sentosa, brasileira, casada, economista, titular do documento de identidade nº 93.515.975-43, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (6) Isse de Almeida, brasileiro, casado, titular do RNE nº W239060-7, expedido pelo CGPJUREX, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Marcelo Goldman, brasileiro, casado, titular do documento de identidade nº 06.926.179-0, expedido pelo DETRAN, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (7) Juvêncio Cavalcante Braga, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 15.026, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF sob o nº 28.237.161-88, residente e domiciliado em Brasília, como titular, e Paulo Lopes Souza, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 1.104-495, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF sob o nº 14.414-14, residente e domiciliado em Brasília, como seu suplente; (8) Antônio Edgard Marques de Figueiredo, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 14.414-14, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF sob o nº 14.414-14, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Luiz Fernandes de Siqueira, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 1.682.183, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF sob o nº 1.682.183, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (9) Antônio de Sá, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 882.918, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF sob o nº 882.918, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Assisjo Aguiar de Sá, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 1.081.081, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF sob o nº 1.081.081, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (10) Brenni Peronni, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 1.473, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF sob o nº 1.473, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Paulo de Faria, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 7.688.713, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF sob o nº 7.688.713, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (11) Henrique Silva, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 35.700.664-1, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF sob o nº 35.700.664-1, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular, e Fernando Fariello, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 64.606, expedido pela OABRJ, inscrito no CPF sob o nº 64.606, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu respectivo suplente; (12) Osvaldo de Albuquerque Cavalcanti, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 1.118.805, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF sob o nº 1.118.805, residente e domiciliado na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, como titular, e

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Furtado
 Rua do Carmo, 123 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20010-000
 Tel: 201-5581-8888
 Cartório do 17º Ofício de Notas
 Geovani Alves
 Oliveira & Cunha
 Advogados
 C.R.S. nº 5.919
 S/DE 158/1
 36% 144,0005
 Total 5,39
 Certificação digital nº 17 de agosto de 2014.
 Original que foi apresentado.
 Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2014.
 Geovani Alves Dória - Adv.
 EAL-09479 17 Consultar em <https://www.tjm.jus.br/sistema/17>

[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA. ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA MENTAL, DISTÚRBIOS PSÍQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS PELO USO DE DROGAS. ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OFERECIDA NO LOCAL DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO, SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CUIDADOS MÉDICOS. CAPITAL SOCIAL: R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REALIS). SEDE: ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA, Nº 34/50, POSSE, PETRÓPOLIS - RJ - CEP. 25.770-480. petropolis@petropolis-rj.com.br, 02/12/2011.

HYDRATEC COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA. EPP
CNPJ nº 04.285.433/0001-25

CONVOCAÇÃO: (ART. 1.152 E 1.º E 3.º DO CC. CIVIL). Nestes atos fica convocado o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para comparecer no dia 22/01/2012 e no dia 27/01/2012, em 1.º ou 2.º comparecimento, para tomar ciência do retirada do sócio minoritário Sr. Roberto Eduardo Baracatny da Empresa Hydratec Comércio e Tecnologia Ltda. EPP, para fins de exclusão da Corporação de Matriz nº 156 Lda "A" - parte. MÊMER/RIJ, CEP nº 20.775-055, cidade de São João del-Rei, onde se encontra em tratamento médico. LKJ 1012/2012. Arquivo Processos Btga - CRCRJ 308.380/V - CPF nº 012.016.537-72.

CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
CNPJ: 33.221.649/0001-91

AVISO - Achem-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, na Avenida Nila Peanha, 50, sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro da 1976, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria.

VALE

Companhia Aberta
CNPJ nº 33.592.513-0001-54

FATO RELEVANTE: A Vale S.A. (Vale) informa que está declarando faturar maior FIIJ em uma série de contratos de minério de ferro a partir de hoje, 11 de janeiro de 2012. Estamos entrando em contato com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos. De acordo com o artigo 3º, § 4º, da Instrução CVM nº 361, esse Fato Relevante encontra-se disponível em sua versão completa, em todo idioma legalmente reconhecido à CVM, no website da VALE, no seguinte endereço: www.vale.com, a partir de 11 de janeiro de 2012. Tito Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO
 REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
 02.709.449/0001-20

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO toma público que requereu ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Licença de Operação para operar o Duto de Transferência de Água Produzida entre o Terminal de Cablinhas e a Estação de Baira do Furado, possuindo aproximadamente 70 km de extensão, capacidade de transportar com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8", em 29 de Dezembro de 2011, Rodovia Amaral Peixoto, km 185 - Maracá/RJ. Processo: E-075124612011

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
CNPJ: 33.000.167/0001-01
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

PETROBRAS BRASILEIRO S/A - PETROBRAS torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS AUT Nº IN018637, com validade até 28 de março de 2013, que a autoriza a captação de água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Cacembu com a finalidade de outros usos (compactação e umectação do solo) na Região Hidrográfica RH-V, Baía de Guanabara, na Fazenda Macaçu, entre os Rios Macaçu e Cacembu, Ponto das Causas, município de Itaboraí.

CAPTACÃO: Terra-planagem COMPER; Corpo Hídrico: Rio Caceribu; Vazão máxima instantânea: 50,0 m³/s; Vazão média: 50,0 m³/s; Período de captação: 16,00 Ns; Período de captação: 30 dias; Volume mensal: 240.000,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 21,285" S e Long. 42° 56' 30,765" S; **CAPTACÃO:** EAP 1; Corpo Hídrico: Rio Caceribu; Vazão máxima instantânea: 35,0 m³/s; Vazão média: 35,0 m³/s; Período de captação: 16,00 Ns; Período de captação: 30 dias; Volume mensal: 144.000,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 49,765" S e Long. 42° 53' 51,435" S; **CAPTACÃO:** EAP 2; Corpo Hídrico: Rio Caceribu; Vazão máxima instantânea: 35,0 m³/s; Vazão média: 35,0 m³/s; Período de captação: 16,00 Ns; Período de captação: 30 dias; Volume mensal: 144.000,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 46,321" S e Long. 42° 56' 11,831" S.

CAPTAÇÃO: EAP 3; Corpo Hídrico: Rio Cacaréu; Vazão máxima instantânea: 35,0 m³/h; Vazão média: 30,0 m³/h; Tempo: 16,00 h/d; Período: 30 dias; Volume mensal: 14400,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 10,289" e Long. 42° 55' 24,892 "

LANÇAMENTO: Volume máximo diário dos dois pontos A e de 8880,0 m³, realizado no solo.

Processo nº - F-37/1400203/2008

Id: 1243050

BR PETROBRAS

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 33.000.167/0001-01
NIRE nº 33300032061

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras convocou os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 27 de janeiro de 2012, às 15 horas, no auditório do Edifício-Sede da Companhia, na Avenida República do Brasil nº 100, bairro Cidade Nova, Rio de Janeiro (RJ), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: “(1) Aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela BRK – BRL com verção da parcela concedida aos petroleiros para: (1) Ratificar a continuação da APSIS Consultoria e Engenharia Ltda., a BRK, para avaliação do acervo líquido relativo à parcela concedida aos petroleiros; (2) Aproveitar o Laudo de Avaliação elaborado pela BRK – BRL com verção da parcela concedida aos petroleiros, utilizando-se a data-base de 30 de setembro de 2011, nos termos do parágrafo 1º do art. 227 c/c parágrafo 6º do Lei 6.404, de 15.12.1976; (3) Aproveitar o Laudo de Avaliação elaborado pela BRK – BRL com verção da parcela concedida aos petroleiros, para avaliação do patrimônio líquido da BRK; (3) Aproveitar o Protocolo e Justificação da operação de cessão da BRK com versão atualizada pelo Conselho de Administração da Companhia, na proporção de sua participação, aprovada em 22 de dezembro de 2011, para a aquisição da parcela da BRK com versão da parcela concedida aos petroleiros, sem aumento de seu capital social; Incorporação de Proteções Químicas e Materiais – Protebras para: (1) Ratificar a contratação da APSIS Consultoria e Avaliações Ltda., a BRK, para avaliação do acervo líquido da BRK – BRL com verção da parcela concedida aos petroleiros; (2) Aproveitar o Laudo de Avaliação elaborado pela BRK – BRL com verção da parcela concedida aos petroleiros, utilizando-se a data-base de 30 de setembro de 2011, nos termos do parágrafo 1º do art. 227 da Lei 6.404, de 15.12.1976.”

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

CLÍNICA ESTRELLA LTDA
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

RESUMO: ROLAMENTO SOCIAL: SÓCIO: JOÃO GUILHERME FIUSA RODRIGUES ESTRELLA (CPF: 754.737.987-72), FRINEA SOUZA BRANDÃO (CPF: 504.535.917-34), JOÃO PAULO LYRA DA SILVA (CPF: 664.127.577-91) E FLÁVIO GOMES FILHO (CPF: 407.716.857-87). OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSINISTÊNCIA PSICOSSOCIAL E A

17o OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2006-6560
Certificado e dou- fe que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Cod: XXXXXXXX000486. 00070707-17
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.
36% TUFINDOS : 5,86
Total

Geovani Alves Nunes - Aut.
CPF-09478 US Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17o
Geovani Alves



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Polí e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2

170 OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueiredo
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ / Tel: 21 2511-7800
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: XXXXXX100247. Cont. por: R\$ 4,33
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014. Serventia : 1,33
Total : 5,86
Geovani Alves Cunha - Aut.
EML-09477 KRX Consultar em <https://wms3.tjri.jus.br/sitepublico>



2530451 diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reatificar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

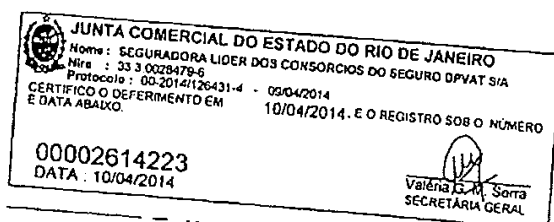
VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.


André Leal Faoro
Secretário



Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 2 de 2

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, Mossoró - RN - CEP: 59625-410

0819796-95.2015.8.20.5106

AUTOR: ACLEDYSON FONSECA SANTANA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

O Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em sua cláusula primeira consta expressamente: 1.1. A realização das perícias judiciais poderá ser indicada pelos Magistrados em quaisquer ações que envolvam o seguro DPVAT, independente de qual seja a entidade/seguradora demandada; 1.2. O magistrado indicará perito de sua confiança, ficando facultada as partes a indicação de assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas; 1.3. As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LÍDER a um valor fixo de R\$200,00(duzentos reais), independente de seu resultado(constatação ou não de invalidez permanente da vítima periciada).

As partes requereram a realização de perícia.

Destarte, defiro a perícia requerida.

Para tanto, nomeio o Dr. MANOEL FERNANDES DA SILVEIRA, brasileiro, casado, ortopedista, com consultório nesta cidade, na rua Pedro Velho, 320, Santo Antonio, CEP: 59619-010.

INTIME-SE a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, por seu patrono, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o depósito dos honorários no valor supra, em conta judicial no Banco do Brasil, vinculado a este processo e à disposição deste Juízo.

Comprovado o depósito, INTIMEM-SE as partes, por seus patronos, para, querendo, no prazo de 05(cinco) dias, indicar(em) Assistentes Técnicos, podendo elaborar quesitos.

Decorrido o prazo supra, com ou sem manifestação, INTIME-SE o perito nomeado, para designar a data e horário do exame, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

Após a designação supra, intimem-se as partes, por seus patronos.

Fixo o prazo de 10 (dez) dias, a contar da realização da perícia, para entrega do LAUDO respectivo, oportunidade em que será expedido Alvará para o recebimento da verba honorária.

Como quesitos do Juízo, elaboro os seguintes:

Houve debilidade ou invalidez permanente em decorrência do acidente automobilístico?

2. A debilidade ou invalidez porventura constatada se enquadra em qual das hipóteses de graduação elencadas pela Lei nº. 11.945, de 04 de junho de 2009? (conforme tabela de graduação anexa).

3. Acaso não se enquadre em nenhuma das hipóteses arroladas pela Lei nº. 11.945/2009 (tabela em anexo), em que consiste a
l e s ã o s o f r i d a ?

4. Em qual das hipóteses da referida tabela a dita lesão mais se aproxima?

5. Em sendo afirmativo o quesito anterior, qual o impacto da referida sequela na atividade laborativa e no desempenho das funções
rotineiras do cotidiano: a) é de intensa repercussão; b) é de média repercussão; c) é de leve repercussão; ou d) a sequela é
m e r a m e n t e r e s i d u a l ?

I n t .

Mossoró/RN, 18 de fevereiro de 2016

José Herval Sampaio Júnior

Juiz de Direito em substituição legal

(documento assinado digitalmente, na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

PROCESSO Nº: 0819796-95.2015.8.20.5106

ATO ORDINATÓRIO

Com fundamento no art. 2013, § 4º, do Código de Processo Civil, INTIMO a parte autora pessoalmente, para, **28/04/2016 08:12** comparecer à Secretaria do **CEJUSC/OESTE**, no endereço abaixo descrito, munida de documento pessoal, cópia do prontuário de atendimento hospitalar e cópia do boletim de ocorrência, a fim de realizar perícia médica e audiência de Conciliação no **MUTIRÃO DPVAT**.

Intimo, ainda, as partes, por seus patronos, para comparecer(em) ao CEJUSC/OESTE, situado no Fórum Dr. Silveira Martins, na Alameda das Carinaubeiras, 355 – 2º Andar – Costa e Silva – Mossoró/RN, a fim de acompanhar a PERÍCIA/AUDIÊNCIA.

Mossoró/RN, 13 de abril de 2016

ANA JOELMA DO AMARAL

Chefe de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

PROCESSO Nº: 0819796-95.2015.8.20.5106

ATO ORDINATÓRIO

Com fundamento no art. 203, § 4º, do Código de Processo Civil, INTIMO a parte autora pessoalmente, para, **28/04/2016 08:12** comparecer à Secretaria do **CEJUSC/OESTE**, no endereço abaixo descrito, munida de documento pessoal, cópia do prontuário de atendimento hospitalar e cópia do boletim de ocorrência, a fim de realizar perícia médica e audiência de Conciliação no **MUTIRÃO DPVAT**.

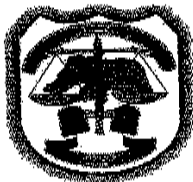
Intimo, ainda, as partes, por seus patronos, para comparecer(em) ao CEJUSC/OESTE, situado no Fórum Dr. Silveira Martins, na Alameda das Carinaubeiras, 355 – 2º Andar – Costa e Silva – Mossoró/RN, a fim de acompanhar a PERÍCIA/AUDIÊNCIA.

Mossoró/RN, 13 de abril de 2016

ANA JOELMA DO AMARAL

Chefe de Secretaria

Juntada de documento.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE MOSSORÓ
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E
CIDADANIA DA REGIÃO OESTE - CEJUSC
TELEFONE: (84) 3315-7288 e 3315-7289

Processo nº: _____

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do meu ofício, e de ordem do MM. Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC/OESTE, DEVOLVO os autos a secretaria de origem, considerando que a parte autora não compareceu à audiência aprazada.

O referido é verdade. Dou fé.

Mossoró/RN, 04 de maio de 2016.

ANA JOELMA DO AMARAL
Chefe de Secretaria – Mat. 1976150
CEJUSC-OESTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

ATO ORDINATÓRIO

Com fundamento no art. 203, § 4º, do Código de Processo Civil, **INCLUO** o presente feito na pauta do **MUTIRÃO DPVAT** de **PERÍCIAS** e **AUDIÊNCIAS**.

Para tanto, expeço mandado de intimação à parte autora, para comparecer ao referido **MUTIRÃO**, que se realizará no dia **31 de agosto de 2016**, às **09:40** no **4º Andar** do Fórum Dr. Silveira Martins, com endereço na Alameda das Carinaubeiras, 355 - Costa e Silva, munida de documento pessoal e exames médicos complementares.

INTIMO, ainda, os patronos das partes, para acompanharem a **PERÍCIA/AUDIÊNCIA**, no dia e hora acima designado.

MOSSORÓ/RN, 14 de julho de 2016

MYLANE MARIA ALVES DE MELO

Auxiliar Técnico



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

ATO ORDINATÓRIO

Com fundamento no art. 203, § 4º, do Código de Processo Civil, **INCLUO** o presente feito na pauta do **MUTIRÃO DPVAT** de **PERÍCIAS** e **AUDIÊNCIAS**.

Para tanto, expeço mandado de intimação à parte autora, para comparecer ao referido **MUTIRÃO**, que se realizará no dia **31 de agosto de 2016**, às **09:40** no **4º Andar** do Fórum Dr. Silveira Martins, com endereço na Alameda das Carinaubeiras, 355 - Costa e Silva, munida de documento pessoal e exames médicos complementares.

INTIMO, ainda, os patronos das partes, para acompanharem a **PERÍCIA/AUDIÊNCIA**, no dia e hora acima designado.

MOSSORÓ/RN, 14 de julho de 2016

MYLANE MARIA ALVES DE MELO

Auxiliar Técnico



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carnaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 0819796-95.2015.8.20.5106

Ação: [Acidente de Trânsito]

Parte Autora: ACLEDYSON FONSECA SANTANA

Parte Ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De Ordem do(a) Doutor(a) MANOEL PADRE NETO, Juiz de Direito, da 4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró/RN, na forma da lei e no uso de suas atribuições, etc.

MANDO a qualquer Oficial de Justiça a quem este for apresentado, expedido nos autos da ação acima descrita, que, em seu cumprimento, proceda à **INTIMAÇÃO** da Parte Autora **ACLEDYSON FONSECA SANTANA**, Sítio Nova Esperança, 127, Zona Rural, MOSSORÓ - RN - CEP: 59600-000, para comparecer à **perícia/audiência** aprazada para o dia **31 de Agosto de 2016, às 09:40**, a ser realizada no **4º Andar** do Fórum Dr. Silveira Martins, com endereço na Alameda das Carnaubeiras, 355, Bairro Costa e Silva, munida de documento pessoal e exames médicos.

Cumpra-se, na forma da lei e sob suas penas. Eu, MYLANE MARIA ALVES DE MELO (____), Auxiliar Técnica, elaborei, e eu, Magna Ruth Diógenes (____), Chefe de Secretaria, o conferi.

Mossoró/RN, 14 de julho de 2016

MYLANE MARIA ALVES DE MELO

Auxiliar Técnica



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0819796-95.2015.8.20.5106

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu ofício, dirigi-me ao endereço que consta no mesmo, mandado ID 6808561 onde Intimei o Sr. ACLEDIDYSON FONSECA SANTANA, por todo conteúdo do presente mandado, o qual de tudo ficou ciente e recebeu a cópia que lhe entreguei. Oreferido é verdade e dou fé.

MOSSORÓ/RN, 26 de julho de 2016

LENILSON GRACINO DA SILVA

Oficial de Justiça

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

17



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 0819796-95.2015.8.20.5106

Ação: [Acidente de Trânsito]

Parte Autora: ACLEDYSON FONSECA SANTANA

Parte Ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De Ordem do(a) Doutor(a) MANOEL PADRE NETO, Juiz de Direito, da 4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró/RN, na forma da lei e no uso de suas atribuições, etc.

MANDO a qualquer Oficial de Justiça a quem este for apresentado, expedido nos autos da ação acima descrita, que, em seu cumprimento, proceda à INTIMAÇÃO da Parte Autora ACLEDYSON FONSECA SANTANA, Sítio Nova Esperança, 127, Zona Rural, MOSSORÓ - RN - CEP: 59600-000, para comparecer à perícia/audiência aprazada para o dia 31 de Agosto de 2016, às 09:40, a ser realizada no 4º Andar do Fórum Dr. Silveira Martins, com endereço na Alameda das Carinaubeiras, 355, Bairro Costa e Silva, munida de documento pessoal e exames médicos.

Cumpra-se, na forma da lei e sob suas penas. Eu, MYLANE MARIA ALVES DE MELO (____), Auxiliar Técnica, elaborei, e eu, Magna Ruth Diógenes (____), Chefe de Secretaria, o conferi.

Mossoró/RN, 14 de julho de 2016

MYLANE MARIA ALVES DE MELO

Auxiliar Técnica



Assinado eletronicamente por: MYLANE MARIA ALVES DE MELO
<https://pje.tjrj.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 6808561



1607141441119500000006460210

Liente em 22/07/2016 10:00 horas
X ALEDYSON FORRASSANTANA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

0819796-95.2015.8.20.5106

JUNTADA

Certifico que, nesta data, em razão do meu ofício, junto a estes autos a Ata de Audiência do Mutirão DPVAT.

MOSSORÓ/RN, 22 de setembro de 2016

MYLANE MARIA ALVES DE MELO

Chefe de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS DA REGIÃO OESTE
Origem: 4ª Vara Cível
"Quem concilia sempre sai ganhando!"

Ref. ao proc. n.º 0819796-95.2015.8.20.5106

Promovente(s): Acledyson Fonseca Santana

Promovido(a)(s): Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros DPVAT

A(os) 31 dias do mês agosto do ano de 2016, em uma das salas de audiências, localizada nesta Comarca de Pendências, dentro do horário pautado para o **MUTIRÃO DPVAT** sob a orientação do Excelentíssimo Senhor Doutor **BRENO VALÉRIO FAUSTO DE MEDEIROS, EDINO JALES DE ALMEIDA JÚNIOR, MANOEL PADRE NETO E CARLA PORTELA DA SILVA ARAÚJO**, Juizes de Direito com Jurisdição Plena, para este ato, nos termos da Portaria, publicada no Diário de Justiça Eletrônico. Observadas as formalidades legais, foi realizado o pregão das partes, tendo comparecido: Claudinei Herminio da Silva Filho, acompanhada(s) de seu(ua)(s) advogado(a), **Dr. Jerônimo Azevedo B. Neto, OAB 12.096/RN**.

Demandada: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros DPVAT, na pessoa de seus prepostos **Maurílio Rodrigues de Medeiros Júnior, Patrícia dos Santos Sousa e Wlademir Rômulo de Souza Costa**, acompanhada(s) de seu(ua)(s) advogado(a) **Márcia Rafaela de Lima Pinto, OAB/RN 12.513**.

Declarada aberta a audiência, **INDAGOU-SE** as partes, a possibilidade de conciliação, através de seus advogados constituídos e devidamente habilitados nos autos com poderes para a prática do ato, **NÃO HAVENDO ACORDO ENTRE AS PARTES**. Em seguida, a parte autora requereu a desistência do presente feito, renunciando ao suposto direito ante o recebimento na via administrativa com o que concordou a parte demandada, tendo a parte autora requerido, ainda, o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial. O MM Juiz, em face do requerimento supra, proferiu a seguinte **SENTENÇA**: "Vistos, etc. Tendo em vista o pedido de desistência do feito, requerido pelo autor, nos termos do artigo 487, Inc. III, Alínea "C", do Código de Processo Civil, **HOMOLOGO** o pedido de desistência e **JULGO EXTINTO** o processo com resolução do mérito. Sem Custas. Defiro o pedido de desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial. Transitada em julgado com as cautelas de estilo, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se, independentemente de nova conclusão ao juízo. Publicada em audiência, ficam as partes e advogados desde já intimados. Registre-se". Nada mais havendo, a audiência foi encerrada. E, para constar, lavrou-se o presente termo. Eu, Arthur vinicius da Costa *Arthur Vinicius da Costa*, Conciliador, o digitei e subscrevo.

Juiz(a):

Demandante: *Acledyson Fonseca Santana*

Advogado(a):

Demandado(a):

Advogado(a): *Dulce*

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE

[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Acledyson Fonseca Santana
CPF: 056.897.264-35
Endereço completo: R Artur de Souza Leite, 710, aeroporto I, Mossoró RN

Informações do Acidente

Local: MOSSORÓ - RN
Data do acidente: 11/03/2015

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 0819796-95.2015.8.20.5106, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 4ª Vara Cível ou JEC da Comarca de Mossoró-RN.

Mossoró - RN, 31 de agosto de 2016

local e data

Acledyson Fonseca Santana
assinatura da vítima

Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

(X) Sim () Não () Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

MSE (FRATURA RÁDIO PROXIMAL E DISTAL) E MID (CONTUSÃO TORNOZELO E QUADRIL)

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

TRATAMENTO CIRÚRGICO MSE E CONSERVADOR MID. ENCONTRA-SE DE ALTA.

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

() Sim (X) Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) () disfunções apenas temporárias

b) (X) dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

LIMITAÇÃO DE ADM MODERADA BLOQUEIO PRONO-SUPINAÇÃO; LIMITAÇÃO RESIDUAL DE ADM QUADRIL E TORNOZELO

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

() Sim, em que prazo:

(X) Não

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido: MSE E MID

a) () Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) (X) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) () Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) (X) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Perda funcional completa de um dos membros superiores - Lado Esquerdo

() 10% Residual () 25% Leve (X) 50% Média () 75% Intensa

2ª Lesão

Perda funcional completa de um dos membros inferiores - Lado Direito

(X) 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

3ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

4ª Lesão


() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

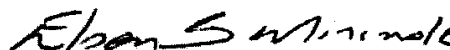
Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:
Mossoró - RN, 31 de agosto de 2016

Assinatura do médico perito - CRM

Assinatura do médico assistente - CRM


Dr. Carlos Chaves
CRM/RN - 7770



Dr. Elson Miranda
Ortopedista
CRM/RN 6301 TEOT 13807

PARECER - ASSISTENTE TÉCNICO SEGURADORA LÍDER - DPVAT

JUSTIFICATIVAS Empresa Médica: SaudeSeg - Sistemas de Saude Ltda

Vítima: Acledyson Fonseca Santana
Processo: 0819796-95.2015.8.20.5106
Vara: 4ª
Pasta:


- ☐ Mantida / em conformidade a avaliação médica administrativa
- ☐ Agravamento
- ☐ Nova lesão
- ☐ Divergência na aplicação da tabela legal

JUSTIFICATIVA:

sem acesso ao laudo adm

Data: 31 de agosto de 2016

Assinatura do médico assistente - CRM


Dr. Cláudio Claret
CRM - 7770

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, Mossoró - RN - CEP: 59625-410

0819796-95.2015.8.20.5106

AUTOR: ACLEDYSON FONSECA SANTANA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos etc. Tendo em vista o pedido de desistência do feito, requerido pelo autor, nos termos do art. 487, Inc. III, Alínea "C", do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o pedido de desistência e JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito. Sem custas. Defiro o pedido de desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial. Transitada em julgado com as cautelas de estilo, dê-se baixa na distribuição e archive-se, independentemente de nova conclusão ao juízo. Publicada em audiência, ficam as partes e advogados desde já intimados. Registre-se".

Mossoró/RN, 31 de agosto de 2016

Manoel Padre Neto

Juiz de Direito

(Documento assinado digitalmente, na forma da Lei 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0819796-95.2015.8.20.5106

CERTIDÃO

Certifico que a sentença de ID nº 7743141 transitou em julgado no dia 04/10/2016.

Certifico, ainda, que deixo de expedir quadro de custas, uma vez que não houve condenação na sentença supracitada.

Mossoró/RN, 13 de outubro de 2016.

MYLANE MARIA ALVES DE MELO

Auxiliar Técnico

TERMO DE ARQUIVAMENTO

Nesta data, em cumprimento à sentença supracitada, ARQUIVO o presente feito, observadas as formalidades legais.

Mossoró/RN, 13 de outubro de 2016.

MYLANE MARIA ALVES DE MELO

Auxiliar Técnico

